



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

ACTA N.º 04/X-1º/2009-10

1 - Aos dezassete dias do mês de Dezembro de dois mil e nove, pelas 21H15, nas instalações da Cooperativa de Consumo Piedense, sita na Rua da Cooperativa Piedense, nº 94, em Almada, realizou-se a Primeira Reunião da Sessão Ordinária referente ao mês de Dezembro da Assembleia Municipal, com a seguinte agenda:-----

1 - Período de Intervenção dos Cidadãos-----

2 - Período de Antes da Ordem do Dia-----

3 - Período da Ordem do Dia-----

3. 1 - Designação de Titulares de Cargos Exteriores à Assembleia;-----

3.1.1 - Designação do Representante da Assembleia Municipal na Comissão de Acompanhamento da Revisão do Plano Director Municipal de Almada (Aviso nº 7730/2009-DR 2ªS, nº 69 de 08 de Abril e Portaria nº 1474/2007, de 16 de Novembro);-----

3.1.2 - Designação do Representante da Assembleia Municipal na Comissão de Acompanhamento das Intervenções na Costa da Caparica (Despacho do SEOTC nº 11.191/2007, DR 2ªS, nº 110 de 08 de Junho, com as alterações entretanto Introduzidas);-----

3.1.3 - Designação do Representante da Assembleia Municipal no Concelho Consultivo do Observatório de Água da Península de Setúbal (Deliberação da Assembleia, nº 2 do Edital nº 137/IX-2º/2007 de 01 de Outubro);-----

3.1.4 - Designação do Representante do Município no Conselho da Comunidade do Agrupamento de Centros de Saúde da Península de Setúbal I - Almada (Decreto-Lei nº 28/2008, de 22 de Fevereiro, DR IS nº 38 e demais legislação aplicável, designadamente o DL nº 81/2009, de 02 de Abril, DR IS nº 65 e Portaria 276/2009 de 18 de Março);-----

3.1.5 - Designação dos Representantes da Assembleia Municipal na Comissão de Acompanhamento do Programa Polis na Costa da Caparica (Protocolo de Acordo entre MAOT/CMA, Capitulo V, Cláusula 9ª);-----

3.1.6 - Eleição do Presidente da Junta de Freguesia Representante das Freguesias no Conselho Municipal de Educação (DL nº 7/2003, de 15 de Janeiro e Lei nº 41/2003, de 22 de Agosto, artigo 5º, nº 1, alínea d);-----

3.1.7 - Eleição do Autarca de Freguesia para Vogal do Conselho Cinegético Municipal (DL nº 136/96, de 14 de Agosto, artigo 133º nº 4 alínea d)).-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- 3.2 – Constituição da Comissão Eventual de Acompanhamento da Implementação da Linha de Muito Alta Tensão no Concelho de Almada;-----
- 3.3 – Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Acerca da Actividade Municipal;-----
- 3.4 – Apreciação e votação das Propostas da Câmara Municipal sobre:-----
- 3.4.1 - "Opções do Plano e Orçamento do Município para o ano de 2010" e "Mapa de Pessoal para o ano de 2010";-----
- 3.4.2 - "Opções do Plano e Orçamento dos SMAS para o ano de 2010" e "Mapa de Pessoal para o ano de 2010".-----
- 3.5 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Afectação do domínio público municipal e a concessão de exploração de duas parcelas e edifício destinados respectivamente a estações de serviço de abastecimento de combustíveis e uma área de serviço para automóveis.-----
- 2 - Fez-se a chamada dos Srs. Deputados Municipais e foi verificado o quórum.-----
- 3 - Dos quarenta e quatro eleitos não se registaram faltas à reunião.-----
- 3.1 - Responderam à chamada os seguintes Srs. Deputados Municipais: José Manuel Maia Nunes de Almeida; Maria Luísa Monteiro Ramos; Carlos Manuel Coelho Revés; Sérgio Neves Correia Taipas; Paula Cristina Loureiro Coelho; Vitor Manuel Domingues Barata; Maria Luísa Rodrigues Barros de Almeida Beato; Francisco José Gonçalves Guerreiro; Elisabete Peres Pereira; José Augusto Tavares Oliveira; Miguel António Alves Duarte; José Joaquim Machado Courinha Leitão; Vitor Manuel dos Santos Castanheira; Maria Odete Teixeira Seguro Sanches Alexandre; Manuel Domingos Rodrigues Batista; Ana Marques Serra e Moura Salvado; Armando de Jesus Barata; Ana Isabel Vieira Dias de Moura; Luís Miguel Ferreira Varela Pais; António Francisco Salgueiro; Luís Filipe da Cruz Pereira; Maria Ermelinda Costa Almeida Toscano; Manuel Maria Braga de Marques Gomes; António Pedro Rodrigues do Livramento Maco; Fernando Jorge Sousa de Pena; Fernando Albino D'Andrade Mendes; Carlos Augusto Aurélio Alves Leal; Fernando Jorge Amoreira Fernandes; António José Pinho Gaspar Neves; Ricardo Jorge Cordeiro Louça; José Manuel Pereira; Mara Andreia Gonçalves Figueiredo; António Abrantes de Almeida; Francisca Luís Baptista Parreira.-----
- 4 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção do Público.-----
- 4.1 - Usou da palavra a Exm.^a Senhora Munícipe Odete Sanguessuga Garcia, moradora em Rua Vera Cruz, nº 31 - 2250-055 Almada.-----
- 4.1.1 - A Exm.^a Senhora Munícipe Odete Sanguessuga Garcia:-----
- "Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Vou ler aqui uma breve intervenção, antes porém quero informar que eu sou trabalhadores da AIPICA, a intervenção é precisamente relacionada com essa instituição. Sou trabalhadora da AIPICA há dezasseis anos, não sou das que têm mais anos, há trabalhadoras na AIPICA com mais anos, talvez trinta anos de trabalho nesta instituição. Nós hoje desencadeamos uma luta com uma greve que percorreu algumas ruas de Almada. Esta instituição que nós tanto defendemos ao longo dos anos, que foi criada há mais de trinta anos, que é uma instituição de cariz popular e tão apoiada tem sido ao longo dos anos pela Câmara Municipal e também muito solidária sempre com esta instituição. neste momento está a atravessar grandes problemas. Para não tomar muito do vosso tempo eu vou passar a ler.-----

As trabalhadoras e os trabalhadores da AIPICA levaram hoje a efeito uma greve com uma manifestação de rua em Almada.-----

Como fundamento para estas acções de luta encontra-se as grandes dificuldades de ordem laboral que nós vivemos nos últimos tempos.-----

Para além do aumento da inflação dos últimos anos fruto das políticas de direita exercidas pelos Governos PS/PSD e CDS a Direcção da AIPICA vê na retirada de direitos e estagnação salarial a forma de resolver os problemas causados por uma gestão irresponsável.-----

No entanto, os motivos com que somos confrontados não se esgotam nas reivindicações salariais. Outras questões que reportam aos nossos direitos estão postas em causa:-----

- Os recibos de vencimento não mencionam correctamente a categoria dos trabalhadores nem os graus correspondentes.-----

- Quando ocorre trabalho suplementar e no que se refere ao descanso compensatório ocorrido nesta sequência, a prática na AIPICA é a de considerar o tempo de descanso como falta justificada.-----

- Os retroactivos, correspondentes à actualização do valor do abono para falhas, não foram ainda pagos.-----

- Até agora os trabalhadores da AIPICA não viram ainda concretizado o pagamento do subsídio de Natal, que por lei deveria ter ocorrido até dia 30 de Novembro.-----

- Também os horários de trabalho sofrem alterações sem respeito pelo aviso prévio dos trabalhadores. Os horários de trabalho deverão estar afixados em local visível, devidamente assinados e carimbados, o que também não acontece.-----

Perante esta situação que vamos testemunhando no dia a dia da instituição, situação essa que tem causado uma grande instabilidade, assim como receio pelo futuro dos nossos postos de trabalho.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Estivemos sempre empenhados e disponíveis no sentido de ultrapassar estas dificuldades, não revelou porém a Direcção a atitude dialogante e o interesse necessário.-----

Nós trabalhadores e trabalhadoras da AIPICA estamos também muito preocupados com o futuro da AIPICA pelo papel social que desempenha junto dos agregados familiares mais desfavorecidos, papel esse levado a cabo há mais de 30 anos no Concelho de Almada.-----

Por todas estas razões, não vamos parar a luta até que os nossos direitos sejam assegurados, sabendo que só assim é possível prestar um serviço eficaz e de qualidade do qual nos orgulhamos.-----

Aproveitamos para desejar um bom Natal a todos os presentes e já agora aproveitamos este espaço para também desejar um bom Natal à Direcção da AIPICA que certamente será bem melhor que o nosso."-----

4.2 - Usou da palavra o Exm.º Senhor Município António Elias Cláudio, morador na Rua da Liberdade, nº 6 - São Pedro - 2825-839 Trafaria.-----

4.2.1 - O Exm.º Senhor Município António Elias Cláudio:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Em representação da Administração da AUGI da Quinta da Raposeira, desejo apresentar a esta Assembleia o pedido de apoio para que o nosso imóvel também entre no Plano Pormenor da Corvina/Raposeira.-----

De acordo com as informações que possuímos, o Plano Pormenor da Corvina/Raposeira prevê uma Área de intervenção entre o Plano Pormenor da expansão Sul da Trafaria e Raposeira Norte, a AUGI da Corvina - Nascente, a AUGI da Raposeira Poente e o Forte das Alpenas Sudoeste.-----

Isto significa, que a AUGI da Quinta da Raposeira é deixada de fora deste Plano Pormenor, como se, se tratasse de uma ilha desabitada.-----

A realidade é que a completa área da Quinta da Raposeira é de 150.000 m² — Avos indivisos, com área média de lote de 414 m² e uma totalidade de 269 lotes.-----

Existem 74 casas, umas construídas em 1976, outras em 1979, tendo a maioria delas sido construídas nos inícios dos anos 80, ou seja, antes do PDM e do regime jurídico da regulamentação da REN.-----

As habitações são servidas pelas redes de transporte, a TST, água e luz.-----

Os esgotos funcionam na base de fossas, o que leva a riscos de saúde pública, devido a proliferação, o que já se verifica junto a algumas habitações.-----

A luta para a legalização dos lotes da Quinta da Raposeira iniciou-se em princípios dos anos 80 e tem vindo ano após ano a decorrer, sem que até hoje as entidades competentes tenham



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

atendido as inúmeras acções, diligências e propostas, que os comproprietários da AUGI da Quinta da Raposeira, legalmente organizados, conforme regime jurídico para o efeito, desenvolveram junto dos serviços competentes da CMA.-----

Temos um dossier com todo o historial, que já entregámos à CMA e que poderemos ceder a quem estiver interessado em nos apoiar sobre esta matéria.-----

Termino, agradecendo a vossa atenção e, na expectativa das vossas respostas encontro-me ao dispor para possíveis perguntas a que responderei em conjunto com os meus colegas também presentes nesta assembleia."-----

4.3 - Usou da palavra o Exm.º Senhor Município António José Correia Tavares, morador na Rua José Correia Pires, nº 12, 1º Esq. - 2800-694 Pragal.-----

4.3.1 - O Exm.º Senhor Município António José Correia Tavares:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

ASSUNTO: Cabides e Cestos nos Balneários das Piscinas Municipais.-----

Imaginemos esta notícia: Por não poderem garantir as melhores condições de higiene, prevenção e segurança no uso dos copos, pratos e talheres, potenciais transmissores de infecções e outras patologias, os restaurantes do Concelho de Almada vão deixar de fornecer aqueles instrumentos aos seus clientes. Estes terão de se fazer acompanhar daqueles instrumentos pessoais, ou terão de adquirir aqueles instrumentos descartáveis, se não quiserem comer directamente dos tachos onde a comida foi cozinhada. Provavelmente, os senhores membros desta Assembleia não acreditariam nesta notícia.-----

Imaginemos porém esta outra, notícia. Com o reinício da actividade das piscinas municipais de Almada, em Setembro passado, aquelas deixaram de fornecer aos seus utentes Cabides e Cestos, para apoio de roupas e sapatos, tendo estes de se desenrascar como podem para não saírem amarrotados para as suas actividades seguintes. Alguns utentes fazem-se já acompanhar de malas de viagem para guardar os seus fatos enquanto utilizam as piscinas, única maneira de não saírem de forma inapropriada para seguirem para os seus empregos. Porventura, os senhores deputados não acreditaram nesta notícia. Mas, creiam, que esta notícia é verdadeira.-----

Quando, no dia 1 de Setembro, fui confrontado com a falta dos cabides e cestos na Piscina Municipal do Feijó, eu nem quis acreditar na justificação que a funcionária me deu para aquela ausência do habitual equipamento de apoio — motivos de higiene. Por isso, nesse mesmo dia lavrei a Reclamação N° 0139432, onde escrevi: “Os balneários da piscina deixaram de fornecer cabides e cestos de sapatos aos utentes. Entrei engomado. Saí amarrotado. Estou em crer que



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

um serviço público de piscina pago não pode deixar de fornecer cabide e cesto de apoio para os sapatos".-----

Com data de 23 de Setembro, recebi o ofício nº 25868, assinado pelo Vereador António Matos, onde, para além de agradecer a minha reclamação, entre outros comentários, justificava assim: "A alteração efectuada, quando retirámos os cabides e cestos dos balneários das piscinas, foi com o desígnio de melhorar as condições de higiene, prevenção e segurança de todos, através da minimização de equipamento e materiais de uso partilhado, potenciais transmissores de infecções e outras patologias." Com esta justificação, compreenderão agora os Senhores Deputados porque não encontrei melhor semelhança entre esta atitude, a de retirar equipamentos necessários numa piscina, com a dos restaurantes deixarem de fornecer pratos e talheres.-----

Procurando as disposições que regulamentam o serviço público de piscina, não se encontra qualquer disposição específica para os cabides e cestos para sapatos. Ora, como os regulamentos não obrigam, logo, posso acabar com eles, dado que a sua utilização me obrigaria a sustentar a sua higienização. Não está mal pensado. Onde higienizar custa dinheiro, acabo com o mal pela raiz. Estamos como naquela parábola do burro e do cigano, que, de tanto poupar na ração, matou o burro.-----

Senhores Deputados, se aqui vos trago este assunto, é porque me parece que a Câmara Municipal de tanto querer poupar, está já a atingir interesses primários no uso dos equipamentos municipais, cujo serviço nós adquirimos. e cujo preço não é assim tão pouco como isso.-----

Obrigado pela atenção que dispensarem a este assunto."-----

4.4 - Usou da palavra o Exm.º Senhor Município Armindo Rosado, morador na Praceta Felizardo Artur, nº 6, 1º Dtº - 2805-318 Almada.-----

4.4.1 - O Exm.º Senhor Município Armindo Rosado:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Eu não tenho nenhum papel, não tive tempo de fazer nenhum papel e só apareço aqui porque se vem falar na AIPICA. Eu sempre interpretei a AIPICA como uma realidade das mais efectivas de sempre que aconteceram neste Concelho, onde nós vivemos. Efectivamente depois do 25 de Abril aconteceu a criação da AIPICA que deu muito trabalho, muito. Naquela altura tudo era difícil parecendo que não, mas tudo era difícil, para se pôr uma instituição a funcionar não era fácil porque não havia os recursos, não havia os apoios, tudo tinha que ser inventado, tudo tinha que ser improvisado. Hoje quando eu tive conhecimento que na via pública nesta Cidade, que um grupo de funcionárias desta instituição que há trinta e muitos



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

anos se dedica ao apoio à infância que foi sentido logo depois do 25 de Abril pelas pessoas, pelos indivíduos que criaram a AIPICA, quando passados estes anos as funcionárias que trabalham numa IPSS, onde devem ter condições para dedicar o melhor de si às crianças, a há quem diga que as crianças são o melhor do mundo, se calhar na AIPICA já não é assim. Entretanto eu fiquei chocado, tenho acompanhado de alguma forma a vida desta instituição, talvez por circunstâncias várias estou lá desde o princípio, de maneira que nunca permiti que me afastasse da vida daquela instituição. E tendo eu verificado nos últimos tempos que efectivamente a meu ver, a gestão não era processada da forma mais equilibrada, fui alertado, fui dizendo da minha experiência e do meu ponto de vista e da minha vivência. Fui dizendo aqui e acolá aquilo que sentia, mas nunca fui entendido. Bem, mas se calhar isso é da maneira de estar no nosso País, já é hábito quando alguém se movimenta como é o caso das funcionárias que elas se lamentavam, mas então se atribuía qualquer outra razão que não fosse a razão delas. O resultado está à vista, uma instituição que tem cento e tal postos de trabalho, que apoia quinhentas e tal crianças, que na sua qualidade de instituição de cariz popular é naturalmente a melhor instituição a nível nacional, hoje as funcionárias foram para a rua dizendo que a coisa não está bem. E os infantários estão cheios, não há falta de crianças. Então alguma coisa era bom que desafrontadamente como o fizeram nas Assembleias onde quase calaram toda a gente, era bom que num sítio público como este os responsáveis pela situação dissessem, porque aquilo, aquela instituição é de Almada, é das crianças e é das funcionárias que trabalham lá e ali dedicaram muitos anos da sua vida."-----

4.5 - Usaram da palavra em resposta aos Srs. Múncipes, o Sr. Vereador António Matos e a Sr.^a Presidente da Câmara, o Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão, o Sr. Presidente da Assembleia,-----

4.5.1 - O Sr. Vereador António Matos:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
Quando inaugurámos a primeira geração de piscinas municipais nos anos 90, a prática era a existência de um balcão com funcionários que entregavam ao utente um cabide e cesto, e portanto era a prática que durante os anos 80, os anos 90 existia. Hoje as orientações gerais em matéria de higiene e as medidas cautelares de higienização que hoje são seguidas nas piscinas em Portugal e no estrangeiro é reduzir ao mínimo o uso de equipamentos de uso que podem passar de mão para mão como é o caso. A pessoa levantava o seu cabide e cesto e entregava depois no final. No dia seguinte naturalmente o cabide ia para outro e portanto a rotação era óbvia. Hoje nas piscinas que abrem não há essa orientação. Aliás como não há já orientação de haver um self-service com este tipo de serviços. Hoje a ideia é atribuir ao utente



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

supostamente mais informado sobre as práticas que deve ter relativamente a um conjunto de medidas cautelares relativamente à sua saúde e transmissão de coisas menos agradáveis para a saúde, é o de atribuir o máximo de responsabilidade e atribuir um cacifo. A pessoa hoje tem o seu cacifo e as novas piscinas na Charneca, as novas piscinas na Sobreda, sabe quem as frequenta, que nunca tiveram esse tipo de equipamentos, nem sequer têm já o balcão, nem as piscinas recentemente desenhadas em Portugal o têm. Portanto, o próprio desenho das piscinas é feito já a contar com aquela série de boxes de uso individual onde as pessoas guardam os pertences. E portanto, o que se tratou nas primeiras piscinas que estão no Complexo Municipal de Desportos, foi de aplicar hoje esta orientação geral que é uma orientação que as infra-estruturas desportivas seguem por todo o lado, as orientações da saúde relativamente ao uso dos equipamentos desportivos colectivos de grande intensidade e uso, é essa orientação e portanto aplicamos o mesmo princípio, os mesmos conceitos que estão aplicados nas novas piscinas. Mas eu acho que devemos ser flexíveis e portanto eu acho que não devemos dar comida nos pratos sem o respectivo talher, embora a civilização esteve milhares de anos a usar, penso que foi há poucos séculos que se começou a usar talheres, mas já nos habituamos. Eu acho que posso dizer ao Sr. Município e acabei de dar esta instrução ao Chefe de Divisão para no caso de um utente fazer questão de ter o seu garfo e a sua colher, para não deixar o prato sem o talher, isto é, entregar ao utente o cabide para colocar os seus pertences. Mas de qualquer forma fica aqui esta informação que pessoas que usam equipamentos mais recentes em qualquer ponto do País ou estrangeiro podem confirmar. De qualquer forma se esta questão central, o bem estar de cada município é a razão última do nosso trabalho e a primeira, portanto eu acho que é possível conciliar um principio geral com a satisfação de um desejo pessoal e portanto se este é o problema que se pode aplicar a mais algumas pessoas, embora não seja essa a orientação geral, esse problema se possa resolver e portanto não termos que sujar as mãos sem talher."-----

4.5.2 - A Sr.^a Presidente da Câmara Municipal:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Eu em primeiro lugar queria dizer que conheço esta instituição AIPICA desde que ela nasceu. Conheço a AIPICA desde o tempo em que se ocuparam casas abandonadas para se iniciar um processo de construção de respostas sociais de apoio à infância para os filhos dos trabalhadores. Muitos foram os homens e as mulheres que puseram de pé esta instituição. O que eu na circunstância actual gostaria de dizer, gostaria de deixar um apelo e um apelo veemente, era um apelo dirigido a todos. Um apelo dirigido aos trabalhadores da AIPICA no sentido de que estabelecessem um diálogo, propusessem perceber as causas dos problemas e



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

propusessem em conjunto encontrar as soluções para os problemas. E se calhar a solução dos problemas está fora da AIPICA. Era importante que se entendesse se o valor per capita que está a ser atribuído às IPSS através dos acordos sociais que têm vindo a ser estabelecidos, se são suficientes para que as IPSS possam acolher as famílias mais carenciadas, aquelas famílias que não têm naturalmente rendimentos para poderem pagar nem sequer uma décima parte daquilo que é o custo de cada criança. Naturalmente que é preciso avaliar isto, eu sei que outras instituições de solidariedade social, que outras estão com muitos problemas também, porque de facto os acordos existentes não são suficientes, não são adequados às realidades sociais que neste momento existem por todo o lado. A pobreza está aí. As questões do desemprego estão aí, as famílias estão com dificuldades e isto naturalmente reflecte-se depois no pagamento das mensalidades que têm que ser baixas e naturalmente não havendo uma atribuição per capita, um financiamento per capita compatível com aquilo que são os encargos, as instituições ficam estranguladas, isto é um problema muito sério. Um problema muito sério que devia unir todas as IPSS e todos os trabalhadores de modo a que fizessem sentir a necessidade de se encontrar uma solução para este problema de fundo, e penso que entretanto era muito importante que entre todos fosse retomado o diálogo, fossem aprofundadas e percebidas as razões e naturalmente que é muito dramático para quem vive do seu vencimento não ter o seu subsídio de Natal. É muito dramático não ter o seu vencimento de acordo naturalmente também com o trabalho que desenvolve e com a remuneração que merece. Naturalmente que os trabalhadores da AIPICA têm justas reivindicações, mas eu penso que também os órgãos sociais desta e de outras instituições estão com a corda na garganta. E portanto eu penso querido amigos que vocês têm toda a razão, mas apelava aqui a que houvesse um esforço também da vossa parte, também da Administração da AIPICA, também o diálogo com outras IPSS para que melhor se perceba o problema e para que melhor se encontrem as causas do problema e o caminho para encontrar as respostas para o problema. Tenho a AIPICA no meu coração e vocês sabem que sim, não é só a Câmara que tem apoiado a AIPICA, as próprias Juntas de Freguesia do nosso Concelho na sua maior parte têm um grande carinho pela AIPICA e dão um grande apoio à nossa AIPICA, é assim que nós chamamos: a nossa AIPICA, a AIPICA dos trabalhadores, a AIPICA das Comissões de Moradores, a AIPICA do povo de Almada. E sendo isto uma conquista de Abril e um projecto de Abril, temos o dever todos de nos juntarmos para defender este projecto.-----
Em relação ao nosso amigo que veio aqui trazer uma questão da Quinta da Raposeira, nós fizemos o estudo de enquadramento estratégico da Costa da Trafaria, estão em desenvolvimento os primeiros Planos de Pormenor, nós tivemos o inquérito público dos termos



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

de referência e relativamente a esta questão não foi colocada. E portanto o processo está a andar, mas também é objectivo naturalmente da Câmara continuar a desenvolver instrumentos para unidades territoriais que ainda não estão a ser abrangidas. Portanto, nós sabemos que temos uma área muito grande, foi preciso começar pelo principio. Temos cinco planos em elaboração. Agora a Quinta da Raposeira está numa área de REN e é de facto uma área de avos indivisos, é uma área muito difícil com muitos problemas, tem sido acompanhada ao nível da Administração e dos Técnicos, os proprietários deste território e portanto temos que continuar com este processo. O Plano de Pormenor chegará também a este território. Não sei se vai resolver o problema, não sei se o Plano de Pormenor vai resolver o problema. Como digo estamos a falar de uma zona de grandes constrangimentos e de uma zona de REN com construções ilegais.-----

Queria também deixar a nota em relação às piscinas, que para além do que disse o Vereador António Matos, no momento em que todas as medidas não são demais para prevenirmos o problema da Gripe A, também gostava de dizer isto, para além do que o Vereador António Matos disse, também nós temos Plano de Contingência nos equipamentos nomeadamente neste tipo de equipamentos e temos que acautelar exactamente a partilha de utensílios cuja utilização partilhada é desaconselhável. Ficou a abertura para analisar e não deixar de compreender melhor o que aqui nos é trazido, mas eu também não posso deixar de dizer que na Câmara existem os chamados Planos de Contingência para prevenir exactamente os problemas que todos conhecemos e que são causadores da Gripe A. Esta é também uma questão que queria aqui acrescentar."-----

4.5.3 - O Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

O Sr. Presidente sempre nos habituou e eu já o conheço há muitos anos, pela forma sábia que tem conduzido as Assembleias e provavelmente neste momento assistimos a outro episódio dessa sua sabedoria. Mas, para informação dos Srs. Deputados Municipais eu gostava de ser elucidado sobre a questão dos tempos até agora, isto é, que é que foi o tempo gasto neste período da nossa ordem de trabalhos."-----

4.5.4 - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:-----

"Srs. Deputados Municipais;-----

Neste momento a Câmara utilizou mais seis minutos."-----

5 - Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.-----

5.1 - O Presidente anunciou o pedido de Suspensão de Mandato, por um período não superior a seis meses, do eleito Sr. António Frederico de Meneses Ferrinho, nos termos e para os efeitos do



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

artigo 79º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, (**Conforme ANEXO I**).-----

5.1.1 - O Pedido de Suspensão de Mandato que submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.--

5.2 - O Presidente procedeu ao anúncio das comunicações dos Srs. Deputados Municipais solicitando a substituição por ausência, prevista no artigo 78º, da Lei nº 169/99, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro:-----

- O Sr. Deputado Municipal Bruno Ramos Dias, com Ausência no dia 17 de Dezembro de 2009, (**Conforme ANEXO II**).-----

- O Sr. Deputado Municipal João Eduardo Alves de Moura Geraldês, com Ausência no dia 17 de Dezembro de 2009, (**Conforme ANEXO III**).-----

- O Sr. Deputado Municipal Helder de Jesus Dias Viegas, com Ausência no dia 17 de Dezembro de 2009, (**Conforme ANEXO IV**).-----

- O Sr. Deputado Municipal Carlos Manuel Dantas dos Santos, com Ausência no dia 17 de Dezembro de 2009, (**Conforme ANEXO V**).-----

- A Sr.ª Deputada Municipal Ana Margarida Machado da Silva Lourenço, com Ausência no dia 17 de Dezembro de 2009, (**Conforme ANEXO VI**).-----

- O Sr. Deputado Municipal João Francisco Ludovico da Costa, com Ausência no dia 17 de Dezembro de 2009, (**Conforme ANEXO VII**).-----

- O Sr. Deputado Municipal Domingos José Soares de Almeida Lima, com Ausência nos dias 17 e 18 de Dezembro de 2009, (**Conforme ANEXO VIII**).-----

5.3 - Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse:-----

- A Candidata Exm.ª Sr.ª Margarida Maria de Ceia Hasse Ferreira, nos termos e para os efeitos do artigo 79º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e que ocupa a vaga ocorrida por Suspensão de Mandato por período não superior a seis meses, do eleito Sr. António Frederico de Meneses Ferrinho, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, ANEXO IX**).-----

- O Candidato Exm.º Sr. José Gabriel Guiomar Joaquim, nos termos e para os efeitos do artigo 79º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 17 de Dezembro, do eleito Sr. Bruno Ramos Dias, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, ANEXO X**).-----

- O Candidato Exm.º Sr. José João Santos da Mata, nos termos e para os efeitos do artigo 79º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 17 de Dezembro, do eleito Sr. João Eduardo Alves de Moura Geraldês, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, ANEXO XI**).-



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- O Candidato Exm.º Sr. Henrique Rosa Carreiras, nos termos e para os efeitos do artigo 79º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 17 de Dezembro, do eleito Sr. Helder de Jesus Dias Viegas e por impedimento da cidadã Sr.ª Cátia Sofia Canelas Gaudêncio e do cidadão Hernâni José Pereira Peixoto de Magalhães, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, ANEXOS XII, XIII e XIV**).-----
 - A Candidata Exm.ª Sr.ª Luísa Andreia Jerónimo Fernandes, nos termos e para os efeitos do artigo 79º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 17 de Dezembro, do eleito Sr. Carlos Manuel Dantas dos Santos e por impedimento do cidadão Sr. Sérgio Cantante Faria de Bastos e do cidadão Vitor Manuel Monteiro Rolo, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, ANEXOS XV, XVI e XVII**).-----
 - O Candidato Exm.º Sr. Nuno de Avelar Pinheiro, nos termos e para os efeitos do artigo 79º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 17 de Dezembro, da eleita Sr.ª Ana Margarida Machado da Silva Lourenço, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, ANEXO XVIII**).-----
 - O Candidato Exm.º Sr. Aníbal António Teixeira, nos termos e para os efeitos do artigo 79º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 17 de Dezembro, do eleito Sr. João Francisco Ludovico da Costa, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, ANEXO XIX**).-----
 - O Candidato Exm.º Sr. Miguel Ângelo Moura Salvado, nos termos e para os efeitos do artigo 79º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e que ocupa a vaga ocorrida por Ausência nos dias 17 e 18 de Dezembro, do eleito Sr. Domingos José Soares de Almeida Lima e por impedimento da cidadã Sr.ª Teresa Isabel Ralha da Costa Santos, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, ANEXOS XX e XXI**).---
- 5.4 - O Presidente da Assembleia Municipal informou das comunicações das Juntas de Freguesia de Caparica e Pragal, em que para os efeitos da alínea c), do nº 1, do artigo 38º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, devido a justo impedimento dos Presidentes do Órgão Autárquico são substituídos na Reunião da Assembleia Municipal pelos eleitos nas Juntas de Freguesia, Sr. José Alberto Santos Cabete e o Sr. José Alberto Ferreira Durão, respectivamente, (**Conforme ANEXOS XXII e XXIII**).-----
- 5.5 - Fez-se a distribuição aos Srs. Deputados Municipais da Súmula N.º 02/X-1º/09-10 (Reunião de Representantes dos Grupos Municipais) e das Listagem do registo de Entradas (do nº 001/X-1º



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

(02 Novembro 2009) ao nº 168/X-1º (11 de Dezembro de 2009)), Listagem do registo de Ofícios Enviados (do nº 001/X-1º (03 Novembro 2009) ao nº 066/X-1º (10 Dezembro 2009)).-----

5.6 - Para apresentação de um Voto de Pesar pelo falecimento de Mário Barradas, usou da palavra o Sr. Deputado Municipal Sérgio Taipas.-----

5.6.1 - O Sr. Deputado Municipal Sérgio Taipas:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

(Voto de Pesar pelo falecimento de Mário Barradas)-----

O súbito e inesperado falecimento de Mário Barradas, aos setenta e oito anos, deixou mais pobre a cultura e o teatro portugueses.-----

Natural dos Açores, advogado em Moçambique, aí decidiu mudar de carreira, fundando o Teatro Universitário, nos anos 60. Veio a frequentar a Escola do Teatro Nacional de Estrasburgo e passou a dedicar a sua vida à actividade teatral.-----

Militante comunista, marcado pelas teorias de Brecht e inserido no movimento estético do realismo, Mário Barradas, quer como actor, quer, sobretudo, como encenador e professor, desempenhou um papel de relevo na actividade dramática comprometida com a democratização da sociedade e da cultura, um teatro de convocação dos públicos à participação, catalisador do associativismo, formador de gente de teatro e de cidadãos política e socialmente intervenientes, sendo amplamente reconhecida a sua competência profissional.--

No plano institucional foi Director do Conservatório, no contexto de ténues e breves reformas na fase final da ditadura, foi Director dos Serviços Culturais Gerais da Secretaria de Estado da Cultura em 1988 e do Instituto Português da Arte do Espectáculo entre 1996 e 1998.-----

Desde sempre impulsor do movimento de descentralização teatral, de cuja Associação Técnica e Artística foi presidente na década de oitenta, fundou, um ano depois do 25 de Abril, o Centro Cultural de Évora, pioneiro neste âmbito.-----

A morte surpreendeu-o num momento em que preparava a encenação, para estreia absoluta em Portugal, prevista para Abril de 2010, da peça de Shakespeare "Troilo e Crésida", co – produção das Companhias de Teatro de Almada, Algarve e Braga.-----

A influência de Mário Barradas fez-se sentir no teatro português ao longo de décadas, quer pelo importante trabalho de encenador que nos legou, quer pela formação de gerações de mulheres e homens de teatro.-----

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em 17 de Dezembro de 2009, manifesta emoção sentida pela sua perda e presta profunda homenagem à memória de Mário Barradas, ao seu exemplo de cidadão e de grande figura do teatro."-----

5.7 - Verificado o quórum passou-se à votação do documento.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

5.7.1 - O Voto de Pesar pelo falecimento de Mário Barradas, apresentado pelo Sr. Deputado Municipal Sérgio Taipas, foi aprovado por unanimidade.-----

5.7.2 - Seguiu-se um minuto de silêncio de homenagem.-----

5.8 - Para tratar de assuntos de interesse do Concelho ou debaterem documentos apresentados, usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais Luísa Ramos (apresentando Moção/Deliberação sobre 100º Aniversário do Nascimento de Alberto Araújo e Moção/Deliberação de Solidariedade com os Trabalhadores da AIPICA); Manuel Batista (apresentando Moção/Deliberação sobre Greve dos Trabalhadores da AIPICA); Vitor Barata (apresentando Saudação Aos Trabalhadores dos SMAS de Almada); Cristina Coelho (apresentando Moção/Deliberação de Apoio e Solidariedade a Aminetu Haidar); Luís Filipe Pereira (apresentando Moção/Deliberação de Solidariedade para Aminetu Haidar); Carlos Revés (apresentando Moção/Deliberação sobre Revisão da Lei das Finanças Locais); Francisco Guerreiro (apresentando Moção/Deliberação sobre a "Reserva de Território na Trafaria para Terminal de Contentores" no quadro da alteração do Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa (PROT-AML); Maria Ermelinda Toscano (apresentando Moção/Deliberação sobre Violência contra as Mulheres - um flagelo social a combater); Luís Varela Pais (apresentando Moção/Deliberação sobre Salubridade Pública - Almada merece melhor); Ana Salvado (apresentando Moção/Deliberação sobre Educação); Nuno Avelar (apresentando Moção/Deliberação sobre Toponímia e Estatuária); Francisca Parreira; Miguel Duarte; Sérgio Taipas; Fernando Pena; António Neves; José Joaquim Leitão; Luís Filipe Pereira; Nuno Avelar Pinheiro; Ana Moura; Luís Varela Pais; O Sr. Vereador António Matos e a Sr.ª Presidente da Câmara Municipal.-----

5.8.1 - A Sr.ª Deputada Municipal Luísa Ramos (CDU):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

100º Aniversário do nascimento de Alberto Araújo-----

Na passada semana, decorreu em Almada, uma homenagem que assinalou o 100º aniversário do nascimento de Alberto Araújo, residente antifascista, militante do PCP.-----

Alberto Araújo nasceu em Almada a 14 de Dezembro de 1909. A sua origem social, filho de uma família da pequena burguesia, permitiu-lhe estudar, ao contrário da esmagadora maioria das crianças e jovens da sua idade. Licenciou-se em Filologia Clássica e Estudos Camonianos na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. A sua inteligência, generosidade, afectividade e disponibilidade foi posta ao serviço de todos os que a ele se dirigiam.-----

Com 24 anos, ainda estudante, Alberto Araújo adere à Federação das Juventudes Comunistas Portuguesas e no ano seguinte, 1934, ao PCP.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Foi eleito pelos seus colegas representante dos estudantes no senado universitário de Lisboa e, após terminar o curso, foi professor em Castelo Branco e no liceu Pedro Nunes.-----
Em 1934, pouco tempo após ter aderido ao PCP, Alberto Araújo foi colaborador próximo de Bento Gonçalves eleito em 1929 como Secretário Geral do PCP.-----
A luta desenvolvida pelos militantes comunistas foi nos anos 30 particularmente difícil e dura.---
No final de 1935, na sequência da repressão fascista, Bento Gonçalves e todo o secretariado foram presos. Esta situação originou que o jovem professor de 26 anos, de nome Alberto Araújo fosse ao secretariado do Comité Central assumindo grandes responsabilidades nos planos da luta a nível nacional e internacional. Foi redactor principal do jornal Avante clandestino; colaborou com a Seara Nova e outros jornais e revistas literárias; prefaciou e traduziu obras importantes na literatura.-----
Alberto Araújo foi preso em 22 de Novembro de 1937. A PIDE espancou-o e manteve-o incomunicável durante 11 meses. Em Outubro de 1938 foi enviado para Caxias e em Abril de 1939 foi julgado e condenado a 24 meses de prisão.-----
Onze meses depois é levado para o campo de concentração do Tarrafal, onde sob torturas e trabalhos forçados, agravados por 45 dias na "frigideira" viriam a debilitar a sua já frágil saúde.-
Muito há ainda por estudar e dizer sobre este homem bom de grande talento que corajosamente suportou com toda a dignidade a repressão fascista.-----
Alberto Araújo morreu em 1955, no hospital de S. José em Lisboa mártir do fascismo. O povo de Almada cotizou-se conseguindo que três dias após a morte o corpo viesse para Almada e o funeral fosse uma impressionante homenagem popular, a um amigo, a um lutador, a um comunista.-----
O exemplo de Alberto Araújo perdura, na memória e na história colectiva dos Almadenses.-----
Por isso logo em Dezembro de 1974 por subscrição pública e homenagem popular foi colocado o seu busto no jardim com o seu nome.-----
100 anos após o nascimento deste homem, deste almadense exemplar a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária no dia 17 de Dezembro de 2009 decide:-----
Homenagear a memória de Alberto Araújo e continuar a sua luta em defesa dos ideais da liberdade e justiça social."-----
Solidariedade com os Trabalhadores da AIPICA-----
As dificuldades com que os trabalhadores da AIPICA, de há muito, estão confrontados e sem resolução até hoje, levaram a que o seu sindicato representativo apresentasse um pré-aviso de greve que foi cumprido hoje dia 17 de Dezembro.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

A adesão dos trabalhadores que ultrapassou os 90% demonstra a justeza das reivindicações apresentadas nomeadamente pelo pagamento do subsídio de Natal de 2009, o respeito pela dignidade pessoal e profissional, o cumprimento das disposições legais sobre horários de trabalho e contra a mobilidade, bem como a actualização dos salários.-----

Os problemas que afectam os trabalhadores nunca impediram o seu empenho e dedicação na defesa da AIPICA.-----

A unidade dos trabalhadores ficou reforçada e os seus problemas exigem solução imediata.-----

Assim a Assembleia Municipal de Almada reunida em sessão ordinária no dia 17 de Dezembro de 2009 decide:-----

Manifestar a sua solidariedade aos trabalhadores desejando que em diálogo se resolvam os problemas dos mesmos."-----

5.8.2 - O Sr. Deputado Municipal Manuel Batista (PS):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Greve dos Trabalhadores da AIPICA-----

Através do comunicado do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores, tivemos conhecimento que os trabalhadores da Associação das Iniciativas Populares para a Infância do Concelho de Almada (A.I.P.I.C.A.) estão em greve, hoje, dia 17 de Dezembro, pela concretização, entre outros, dos seguintes objectivos:-----

- Actualização dos seus salários;-----
- Pagamento do Subsídio de Natal de 2009;-----
- Respeito pela dignidade pessoal e profissional;-----
- Cumprimento das disposições legais sobre horários de trabalho;-----
- Contra a mobilidade desregrada entre os vários equipamentos.-----

A Assembleia Municipal de Almada reunida em Sessão Ordinária de 17 de Dezembro saúda e apoia a luta dos trabalhadores da AIPICA e a sua Greve."-----

5.8.3 - O Sr. Deputado Municipal Vitor Barata (CDU):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Aos Trabalhadores dos SMAS de Almada-----

A Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas (APDA) promoveu, em Novembro, no âmbito do Encontro Nacional de Entidades Gestoras de Água e Saneamento, o Campeonato Nacional de Montagem de Ramais em Carga (Pipe Contest – Portugal 2009).-----

Os Trabalhadores dos SMAS de Almada estiveram em evidência ao conquistarem o 1º e 3º lugar daquele campeonato.-----

Esta notícia é o facto. Mas ele tem uma importância que transcende o facto relatado.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Desde logo, porque este facto que dizendo muito aos Trabalhadores dos Serviços de Água e Saneamento de Almada, também eles utentes deste Serviço Público (tendo ou não feito parte das equipas vencedoras), ultrapassa largamente o âmbito lúdico da iniciativa.-----

Depois, porque recaem sobre a água, bem indispensável à vida, fortes e graves ameaças, mormente as que resultam da pressão para a sua privatização.-----

Finalmente, porque, conhecidas que são as orientações do poder político e as ambições do poder económico, é decisivo mobilizar hoje mais do que nunca, a sociedade portuguesa e unir esforços para a defesa da água como direito humano e serviço público essencial.-----

Tal como a experiência tem demonstrado, atrelar meios privados a fins eminentemente públicos, tem conduzido a aumentos de preços, exclusão dos mais pobres e desfavorecidos, perda de controlo democrático, opacidade, corrupção, redução de direitos de utentes e trabalhadores. Esta é a face mais evidente da visão lucrativa da água. Visão que não se compadece com o facto do ciclo da água funcionar em ritmos incompatíveis com os períodos de curto prazo que caracterizam as estratégias das empresas.-----

Esta Autarquia, a nossa Autarquia, tem tido o entendimento de que, muito mais que uma política sectorial, a política da água é uma componente estrutural do desenvolvimento humano integrado e sustentado, de equilíbrio com o espaço envolvente e de autonomia. O que exige que o ambiente seja encarado como um sistema dinâmico no qual o Homem, ocupando o lugar central, é o garante da preservação e equilíbrio ecológico, do respeito pela natureza e, simultaneamente, objecto da procura das condições que permitam a melhoria do seu nível de saúde e de bem-estar.-----

Nestes termos, reunida em Sessão Ordinária, em 17 de Dezembro de 2009, a Assembleia Municipal de Almada saúda os Trabalhadores componentes das equipas concorrentes, em particular, e todos os Trabalhadores dos SMAS-Almada, em geral, por este prémio alcançado."-

5.8.4 - A Sr.^a Deputada Municipal Cristina Coelho (CDU):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Apoio e Solidariedade a Aminetu Haidar-----

A situação da fragilidade física de Aminetu Haidar agravou-se seriamente nas últimas horas, tendo sido hospitalizada esta madrugada devido "a fortes dores abdominais e vômitos". Cumpriu já no hospital o seu 32º dia de greve de fome numa firme luta pela autodeterminação e liberdade do seu povo e pátria – o Povo Sarauí do Sara Ocidental.-----

Esta activista dos Direitos Humanos regressava em 13 de Novembro de uma viagem de Nova Iorque onde foi distinguida com o "Prémio de Coragem Civil 2009", quando foi retida pelas autoridades marroquinas no Aeroporto de EL Aaiun, sujeita a interrogatório, privada do seu



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

passaporte e restante documentação. No dia 14 foi obrigada a embarcar num avião que a conduziu a Lanzarote.-----

Privada de documentação, e do direito de regressar para junto do seu povo, Aminetu Haidar iniciou a 15 de Novembro, no Aeroporto de Lanzarote onde permaneceu até esta madrugada, uma greve de fome pela autodeterminação e liberdade do povo Sarau e da sua pátria ocupada por Marrocos há 34 anos.-----

O direito que Aminetu Haidar reclama com esta greve de fome é o direito de viver na sua pátria, como cidadã sarauí, junto dos seus filhos e do seu povo, sem aceitar a nacionalidade marroquina. Disposição inclusive já reconhecida através de inúmeras decisões das Nações Unidas que mantêm, desde 1991, uma Missão em Minurso para a realização do Referendo no Sara Ocidental.-----

Perante esta grave violação dos direitos humanos, da liberdade de expressão e opinião e de desrespeito pelo Direito Internacional, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão Ordinária a 17 de Dezembro de 2009 na Cooperativa Piedense, delibera:-----

1º. Manifestar a sua solidariedade para com a activista dos direitos humanos Aminetu Haidar pela sua luta e coragem;-----

2º. Reclamar o cumprimento do direito internacional e dos direitos humanos, exigindo o regresso de Aminetu Haidar ao seu país.-----

3º. Exigir o cumprimento das resoluções da Organização das Nações Unidas sobre a autodeterminação do Povo Sarauí e o reconhecimento da República Democrática do Sahara Ocidental."-----

5.8.5 - O Sr. Deputado Municipal Luís Filipe Pereira (BE):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Solidariedade para Aminetu Haidar-----

Aminetu Haidar, destacada activista dos Direitos Humanos, foi impedida de voltar à sua terra por ter assinado um documento onde colocava a sua condição de Saharai. Foi detida pelas autoridades Marroquinas, sujeita a interrogatório e isolamento, para ser obrigada a embarcar num avião que a havia de levar a Lanzarote.-----

Desde o dia 15 de Novembro que Aminetu Haidar está em greve de fome.-----

Devemos realçar a luta desta mulher e tudo o que ela simboliza. A sua tenacidade é a prova que ficará viva nas nossas memórias. Assim como a forma profunda como encara a luta pela autodeterminação e liberdade do seu povo e da sua pátria ocupada por Marrocos.-----

Aminetu Haidar passa os seus dias de sofrimento num cubículo sem janelas junto ao aeroporto de Arrecife, em Lanzarote.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Aminetu tem dois filhos que apelam ao mundo que apoiem a sua mãe e não a deixem morrer.--
Num momento em que se celebrou mais um aniversário da Declaração dos Direitos Humanos,
temos perante nós esta injustiça gritante e, por isso, também nós, tal como os filhos de Aminetu
Haidar, temos que apelar para que não a deixem morrer.-----

O único direito que Aminetu reclama para pôr termo à greve de fome, é poder voltar à sua
Pátria como saharai, sem aceitar a nacionalidade marroquina, direito este reconhecido pelas
Nações Unidas.-----

O CPPC (Concelho Português para a Paz e Cooperação) fez saber, em comunicado, que
"exige que o reino de Marrocos cumpra as suas obrigações de acordo com o direito
internacional, devolvendo de imediato os documentos a Aminetu Haidar e que respeite o seu
direito de retorno à Pátria, em segurança e sem condições prévias".-----

No passado dia 11 de Dezembro, foi entregue nas embaixadas de Espanha e de Marrocos em
Lisboa, um apelo de personalidades das mais variadas sensibilidades políticas e de todos os
grupos parlamentares, onde se pode ler: "profundamente preocupados com esta situação,
juntamo-nos ao apelo da Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos aos
Reinos de Espanha e Marrocos para que sejam criadas, com a máxima urgência, condições
para que Aminetu Haidar, regresse à sua terra".-----

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária no dia 17 de Dezembro de
2009, delibera:-----

Juntar a sua voz a todos os que apoiam e se solidarizam com AMINETU HAIDAR"-----

5.8.6 - O Sr. Deputado Municipal Carlos Revés (CDU):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Revisão da Lei das Finanças Locais-----

Nos passados dias 4 e 5 de Dezembro de 2009 reuniu em Congresso a Associação Nacional
dos Municípios Portugueses — ANMP, onde, analisando a evolução da participação dos
Municípios nos Impostos do Estado, se concluiu que o novo regime de financiamento das
autarquias locais, aprovado em 2006, veio conduzir a uma diminuição do peso desta
participação, sendo que terão que existir alterações diversas no sentido de procurar corrigir
alguns dos aspectos mais gravosos do actual regime de financiamento local.-----

No culminar de 30 anos de experiência na aplicação de leis de Finanças Locais, desde a inicial
Lei nº 1/79, foi possível reunir todo um conhecimento sobre as grandes linhas a que deve
obedecer um bom regime de financiamento do Poder Local.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Como foi verificado no Congresso pelos Municípios, a actual Lei de Finanças Locais (Lei nº 2/2007) não acompanhou a necessidade de respeitar grande parte das linhas atrás enunciadas. De facto:-----

- Em matéria de violação da autonomia financeira dos Municípios, introduziu-se a possibilidade de alterações avulsas nos limites de endividamento em cada Lei do Orçamento de Estado. Foi inventada a aplicação de sanções financeiras desproporcionadas, em situações de ultrapassagem aos limites de endividamento, agravando ainda mais as situações existentes. Passou a depender de Despachos casuísticos do Ministro das Finanças a aprovação para que determinados empréstimos possam ser excluídos do cálculo dos limites de endividamento. Entretanto, não ficou excluída a possibilidade de serem decididas pelo Governo isenções sobre impostos que são receitas municipais, sem que haja compensação automática e obrigatória às autarquias envolvidas.-----
- Não foi observada a justa repartição dos recursos públicos, nem a solidariedade no acompanhamento das variações das receitas do Estado. Desde logo, no ano de 2007, não foi respeitado o acordo com a ANMP (“princípio da neutralidade”) segundo o qual, da aplicação da nova Lei resultaria o mesmo montante global que viria da aplicação da lei anterior, depois de realizados todos os acertos com verbas de 2006. O Governo acabou por aplicar a 2007 os mesmos valores de 2006, levando à auto-suspensão da própria lei aprovada no primeiro ano da sua aplicação. Nos anos seguintes, em 2008 e 2009, os valores transferidos para os Municípios, como participação nos impostos do Estado, ficaram muito longe da evolução das receitas de IRS, IRC e IVA que lhes deveriam servir de referência.-----
- Simultaneamente, verificou-se o não funcionamento dos critérios definidos na Lei para a redistribuição entre os Municípios. Este foi o resultado da introdução de múltiplos “mecanismos de travão”, acrescido do efeito da aplicação ao montante global transferido do tecto de crescimento máximo de 5%, levando a que este acabasse por ser quase o “critério único” em vigor, de forma perfeitamente artificial. Será aqui de recordar que uma das principais críticas do Governo à Lei anterior era que esta não funcionava por si mesma, porque os limites estabelecidos para crescimentos mínimos não o permitiam... Acabamos por ter agora uma situação ainda mais evidente de não funcionamento da Lei, por motivos inversamente idênticos.-----
- No que se refere aos poderes tributários dos Municípios, estes não foram regulamentados, apesar das autorizações legislativas introduzidas na Lei do Orçamento de Estado, impedindo a tomada de medidas diversas de gestão dos impostos que são receitas municipais.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- Também não se verificou a suposta solidariedade no controle do défice público. O que aconteceu foi, globalmente, o aumento do peso da Administração Central na responsabilidade pelo défice público, tendo por contrapartida um estrangulamento das finanças e do endividamento municipais, tendente a desproporcionar ainda mais o peso de cada sector administrativo na composição do défice. A Administração Central é responsável de cerca de 95% do défice público. O Governo tem aumentado a dívida pública do Estado, ao mesmo tempo que procura obrigar os Municípios a diminuírem a sua parte, num jogo de dois pesos e duas medidas, que se traduz na absoluta falta de solidariedade recíproca e numa ausência de partilha de rigor orçamental. Disse o Senhor Primeiro-Ministro que o que é rigor para o Governo também o deve ser para autarquias. Mas é preciso lembrar que o rigor para as autarquias também o deve ser para o Governo. Não é possível ignorar, simultaneamente, que o peso do endividamento de 3 empresas públicas é equivalente ao dos 308 Municípios.-----
Como já se referiu a situação concreta que se verificou foi a de ter havido uma total desproporção entre a evolução do montante da participação dos Municípios nos impostos do Estado e a evolução dos impostos de referência — IRS, IRC e IVA.-----
Pior que isso, se tivermos em conta os acréscimos de descontos dos Municípios para a Caixa Geral de Aposentações (mais 5% desde 2005), aquela desproporção torna-se ainda maior, através deste “subsídio” obrigatório dos Municípios ao Governo. Globalmente, a verba que não foi transferida para os Municípios, desde o início da aplicação da nova Lei, ronda os 570 milhões de euros, como resultado do que já ficou dito.-----
É particularmente grave a situação descrita, em especial se tivermos em conta as assimetrias regionais e o facto de serem os Municípios mais frágeis aqueles que mais dependem destas receitas, pois quase não têm acesso a outras receitas próprias.-----
A solidariedade nos grandes objectivos da política de finanças públicas do País não pode significar uma cada vez maior receita e despesa para a Administração Central e, simultaneamente, uma cada vez menor participação dos Municípios na receita e na despesa do Estado.-----
É importante entretanto recordar que a nova Lei acabou por contrariar frontalmente o princípio definido pelo Senhor Primeiro-Ministro, no XV Congresso da ANMP (Porto, Dezembro de 2005), na questão essencial da relação entre a evolução das receitas fiscais do Estado e a evolução das receitas da participação dos Municípios nos impostos do Estado.-----
Face a tudo isto, a prática de aplicação da nova Lei de Finanças Locais veio justificar a necessidade de diversas medidas de revisão desta, muitas das quais já tinham sido



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

identificadas pela ANMP antes da sua aprovação. Assim, os Municípios concluíram que a Lei deverá ser revista de acordo com os seguintes princípios:-----

- Autonomia financeira na gestão municipal;-----
- Justa repartição dos recursos públicos, que assegure a qualidade de serviços e o bem-estar das populações;-----
- Poderes tributários que permitam a gestão dos impostos que são receitas municipais;-----
- Solidariedade e proporcionalidade no acompanhamento das variações das receitas do Estado, qualquer que seja o sentido dessas variações;-----
- Definição de mecanismos de redistribuição que garantam a coesão territorial, minorando assimetrias;-----
- Solidariedade no controle do défice público, respeitando a proporção do contributo das diversas administrações para esse mesmo défice;-----
- Mecanismos que assegurem os maiores rigor e transparência na gestão.-----

Para a concretização dos princípios atrás enunciados, concluiu-se igualmente que deverão ser tomadas as seguintes medidas:-----

- Adequação da evolução das transferências para os Municípios (Participação nos Impostos do Estado) à evolução das cobranças de IRS, IRC e IVA, o que implica correcção dos mecanismos de variações máximas e de compensação;-----
- Prolongamento do regime transitório de “mecanismos de travão” até estar solucionado o ponto anterior;-----
- Clarificação e regularização, para todos os Municípios, das transferências dos duodécimos da sua participação em IRS;-----
- Correcção dos critérios de distribuição intermunicipal, no Fundo Geral Municipal e no Fundo Social Municipal;-----
- Regulamentação dos poderes tributários dos Municípios;-----
- Clarificação dos resultados práticos de aplicação da nova Lei à liquidação e cobrança de Derrama;-----
- Eliminação da obrigatoriedade de Despachos casuísticos do Ministro das Finanças para que determinados empréstimos sejam excepcionados do limite de endividamento.-----

Nestes termos, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária a 17 de Dezembro de 2009, delibera:-----

1. Manifestar o seu pleno apoio às conclusões dos Municípios Portugueses no que se refere às Finanças Locais, decorrentes do Congresso da ANMP dos pretéritos dias 4 e 5 de Dezembro;-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

2. Reclamar do Governo e da Assembleia da República que a actual Lei das Finanças Locais seja revista com base e no espírito das conclusões do Congresso da ANMP."-----

5.8.7 - O Sr. Deputado Municipal Francisco Guerreiro (CDU):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Sobre a "Reserva de Território na Trafaria para Terminal de Contentores" no quadro da alteração do Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa (PROT-AML)-----

a) Considerando a intenção reiterada e publicitada da Administração do Porto de Lisboa de construir um Terminal de Contentores na Trafaria, junto da Silopor, com uma extensão de cais de 1.000 metros e uma área de 630.000 m² de estacionamento de contentores e plataforma logística, permitindo assim uma capacidade de oferta de movimentação no cais de 1.000.000 TEU/ano, assim como a intensificação do uso do Terminal de Granéis Agro-Alimentares da Silopor que passaria da movimentação actual de 1,2 milhões de toneladas/ano para 6 milhões de toneladas, obrigando para tanto à construção de uma ferrovia de ligação à rede ferroviária nacional e a construção de uma rodovia de ligação à CRIPS/IC32;-----

b) Considerando que esta intenção e opção estratégica da APL está agora a ser inscrita e consolidada nos trabalhos em curso de alteração do Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa (PROT-AML) que a ser aprovado obrigará todos os instrumentos de planeamento e desenvolvimento do Município de Almada para a Trafaria;-----

c) Considerando que é do conhecimento público que, caso se determine no PROT-AML a «reserva de terrenos e de espaços canais adequados que possibilitem uma eventual necessidade de aproveitamento da Trafaria como alternativa à expansão do Porto de Lisboa, a mais longo prazo», assim se inviabiliza a Estratégia de Desenvolvimento da Trafaria;-----

d) Considerando que a Estratégia de Desenvolvimento da Trafaria foi projectada, consensualizada e assumida pelo Município de Almada e pelos Cidadãos e Instituições, Entidades e Organizações da Freguesia da Trafaria, tendo em consideração as necessidades e potencialidades locais e regionais e tendo em conta os objectivos estratégicos dos instrumentos de planeamento regionais e locais em vigor;-----

e) Considerando que a Estratégia de Desenvolvimento da Trafaria de forma sustentável considera e define a valorização e requalificação urbana da Freguesia, compatibilizando de forma harmoniosa a utilização turística, piscatória, habitacional, comercial, de serviços, de



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

recreio e lazer com a preservação e valorização das características sociais e naturais da zona;-----

- f) Considerando que essa mesma Estratégia de Desenvolvimento da Trafaria foi acompanhada, definida e consensualizada por uma Comissão Local de Acompanhamento composta pelas Juntas e Assembleias de Freguesia da Trafaria, Costa de Caparica e Caparica, pela Câmara e Assembleia Municipal, pela Associação de Bombeiros, Clube de Futebol da Trafaria, Sociedade Recreativa Musical Trafariense, Associação de Apoio ao Desenvolvimento da Trafaria, Centro de Saúde, Agrupamento de Escolas, Centro Infantil da Trafaria, AIPICA, Paróquia, Sindicatos dos Pescadores, Associações de Moradores da Cova do Vapor e 2.º Torrão, Grupo Desportivo Os Pescadores do 2.º Torrão, Lota da Trafaria, Federação dos Sindicatos do Sector das Pescas, Sporting Clube da Corvina, Recreios Desportivos da Trafaria e Comissão de Utentes da Saúde;-----
- g) Considerando que a «reserva de terrenos» na Trafaria para o Terminal de Contentores, inviabilizando a referida Estratégia de Desenvolvimento Municipal da Trafaria, compromete gravemente a concretização de 22 projectos âncora, que se identificam com a singularidade da Freguesia, assumindo quer a fixação de actividades e a potenciação da excelência da Trafaria na Área Metropolitana de Lisboa, quer ainda reforçando o objectivo da grande Cidade das duas margens, em que se destacam a "Reabilitação do Núcleo Histórico", o "Porto de Recreio", o "Novo Porto de Pesca da Trafaria", o "Pólo Científico e Tecnológico", o "Novo Terminal Rodofluvial", a "Recuperação da Frente de Praias", a "Reabilitação da Frente Ribeirinha", a "Recuperação do Forte para Apoio ao Turismo", o "Parque Temático de Recreio", a "Criação de uma Área de Paisagem Protegida", a "Ampliação da Rede do MST até Costa - Trafaria", e que integram os Planos de Pormenor em fase de conclusão;-----
- h) Considerando que o PROT-AML em vigor (actualmente em fase de alteração), o Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC Sintra - Sado) e o PDM de Almada definem o eixo Trafaria/Costa de Caparica como de vocação predominantemente turística;-----
- i) Considerando que o Governo, contrariando as posições assumidas pelos Cidadãos e pelos Órgãos Autárquicos, Instituições e Organizações do Concelho e da Freguesia da Trafaria, veio no passado mês de Novembro comunicar aos Presidentes da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal, através do Gabinete do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, de «haver fundamento para que, no âmbito da revisão do PROT-AML, venha a ser considerada como zona de reserva, salvaguardando-a de outros usos que, embora igualmente importantes, eventualmente, podem ocorrer em outros trechos da extensa margem estuarina e frente costeira»;-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

j) Considerando que se mantém assim esse quadro grave e preocupante, nos actuais documentos de alteração ao PROT-AML, de «reserva de terrenos» na Trafaria para o Terminal de Contentores;-----

Nestes termos, e ao abrigo do artigo 53.º, n.º 1, alínea o), da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Plenário no dia 17 de Dezembro de 2009, delibera:-----

1 - Reiterar a posição assumida pelo Município de Almada ao longo dos anos, de rejeição da perspectiva futura de construção de um Terminal de Contentores e de aumento em cinco vezes da capacidade dos Silos da Silopor, por tal penalizar o desenvolvimento harmonioso da Freguesia da Trafaria;-----

2 - Pronunciar-se, de imediato junto do Governo e também em sede de discussão pública, contra a inscrição no PROT-AML em fase final de alteração, da reserva de terrenos na Trafaria para a expansão do Porto de Lisboa, nomeadamente para o Terminal de Contentores e, simultaneamente manifestar-se a favor da manutenção no PROT-AML de que o eixo Trafaria - Costa da Caparica seja de vocação predominantemente turística;-----

3 - Reafirmar que as opções de desenvolvimento da Trafaria já definidas, passam pela requalificação urbana e a valorização ambiental da Freguesia, que diversifique e qualifique os núcleos habitacionais, incentive actividades que promovam o emprego, e de elevado potencial económico, designadamente turismo, pesca, recreio e lazer e aproveite de forma sustentável as áreas de elevado valor patrimonial em termos de recursos naturais e paisagísticos."-----

5.8.8 - A Sr.ª Deputada Municipal Maria Ermelinda Toscano (BE):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Violência contra as Mulheres - um flagelo social a combater-----

A violência contra as mulheres no espaço das relações de intimidade é a maior causa de morte e invalidez entre mulheres dos 16 aos 44 anos, ultrapassando o cancro, os acidentes de viação e a guerra. Estas são palavras expressas pela Recomendação Contra a Violência de Género (Recomendação 1582/1, 2002) do Conselho da Europa.-----

Em Portugal, segundo a OMA (Observatório das Mulheres Assassinadas) da UMAR, morreram às mãos de maridos, namorados, companheiros ou outros familiares 47 mulheres, em 2008. Em 2009, dados provisórios, porque o ano não acabou, o OMA contabilizou 25 mulheres assassinadas, 1 vítima mortal associada, 43 mulheres vítimas de tentativa de homicídio, 3 vítimas feridas na sequência dos homicídios e 23 vítimas na sequência das tentativas. Nos seis



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

anos deste Observatório verificaram-se 201 mortes de mulheres por violência doméstica. Acresce a toda esta calamidade social o facto de muitas dessas mulheres serem jovens. A violência no namoro é uma realidade que tem vindo a ganhar visibilidade pública e que precisa de medidas de prevenção da violência através da acção nas escolas.-----

Existe um conjunto de procedimentos que devem ser reforçados e alterados, nomeadamente:--

- a) maior celeridade nos tribunais e nos processos em curso, pelo que devem ser criados tribunais de competência especializada em matéria de violência doméstica;-----
- b) maior investimento nos recursos e respostas directas na comunidade, evitando que as mulheres e crianças tenham de sair de suas casas, conjugando com medidas judiciais de afastamento dos agressores que sejam efectivamente aplicadas (pulseiras electrónicas e outros meios de controlo à distância);-----
- c) no caso das mulheres que são forçadas a sair de suas casas impõe-se por parte das autarquias o estabelecimento de uma quota municipal de habitação para as mulheres vítimas de violência doméstica; estas mulheres devem também usufruir de prioridade na (re)inserção profissional e oportunidades de formação profissional.-----
- d) políticas mais efectivas para prevenir e combater a violência de género com especial incidência na educação nos diversos níveis escolares.-----
- e) regulamentação da actual lei de prevenção da violência doméstica e apoio às suas vítimas no prazo previsto de 180 dias e criação simultânea dos meios necessários à sua aplicação e eficácia.-----

Deste modo, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária no dia 17 de Dezembro de 2009, delibera:-----

Recomendar às Entidades competentes que encetem as diligências indispensáveis à consecução prática das medidas atrás enunciadas, e que caibam na esfera das suas atribuições e competências, como forma de reforçar o combate e a prevenção da violência contra as mulheres no concelho de Almada."-----

5.8.9 - O Sr. Deputado Municipal Luís Varela Pais (PSD):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Salubridade Pública — Almada merece melhor

Almada, cidade da Área Metropolitana de Lisboa, debate-se com um dos problemas de maior visibilidade na moderna gestão urbanística.-----

As preocupações dos nossos concidadãos, veiculadas por via de abordagens recorrentes e que são transmitidas aos eleitos no seu trabalho autárquico, ou em fóruns específicos de



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

participação, merecem desta Assembleia uma reflexão construtiva e que vise como fim único a melhoria da qualidade de vida de todos.-----

Nós Almadenses que vivemos a urbe não podemos ficar alheios a um facto transversal à maioria das nossas freguesias: Almada sofre de problemas graves de limpeza.-----

Qual dos eleitos é que ainda não foi confrontado com situações confrangedoras de falta de limpeza urbana, numa rua de grande exposição ou num recanto de um bairro, junto de um ponto de comércio, ou num jardim público?-----

Do Monte de Caparica à Cova da Piedade, do Feijó à Sobreda ou do Laranjeiro à Charneca é quase inevitável que em cada Assembleia de Freguesia um qualquer concidadão não tenha a necessidade de expressar a sua opinião com o apelo de melhor limpeza, melhor salubridade, melhor ambiente, melhor qualidade de vida.-----

O facto objecto desta Moção tem sido assunto de debate e exposição dos eleitos desta bancada bem como de Almadenses que por diversas vezes já demonstraram reiteradamente a sua insatisfação perante a gritante falta de limpeza urbana.-----

No entanto um problema que eventualmente poderá ser considerado vulgar para aqueles que certamente identificam as discussões nesta assembleia como podendo estar apenas no círculo das elevadas discussões políticas, é o mesmo que degrada a qualidade de vida, afugenta o visitante do concelho que se pretende apostado estrategicamente no Turismo ou contribui para problemas de salubridade pública.-----

O problema tem certamente diversos vectores: Questões de cidadania, falta de recursos, falta de equipamentos ou organização dos processos de recolha e lavagem.-----

Os extensos Recursos Humanos da nossa autarquia, afectos a este serviço, certamente darão o seu melhor na execução das tarefas a que estão adstritos, no entanto a reorganização de processos o reforço do investimento em equipamentos ou a contratação de serviços extra em pontos nevrálgicos do concelho devem todos ser re-equacionados.-----

Acima de qualquer Plano Estratégico ou de Visão mais elaborada para Almada há que combater o mais simples dos problemas, no que à identificação diz respeito.-----

Com ruas sujas, não há segurança, não há visitantes para o comércio ou para o turismo, não há motivação para a criação da excelência em todos os seus contornos. Se pretendemos um Município eco-eficiente, sustentável e solidário então tornemos eficiente a sustentável limpeza para uma solidária qualidade de vida.-----

Considerando o problema acima exposto e assim a necessidade de resolver o mesmo que é recorrente, grave e que afecta muito directamente a qualidade de vida de todos, a Assembleia Municipal reunida a 17 de Dezembro de 2009 delibera:-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

1. Manifestar ao Executivo da Câmara a sua preocupação pela falta de evidências de acções executivas que visem combater o grave problema de salubridade;-----
 2. Solicitar ao Executivo para em articulação com os agentes e agências locais promova campanhas efectivas de educação cívica nesta forma de respeito pelo espaço público;-----
 3. Solicitar ao Executivo que coloque este problema na 1a lista de prioridades do investimento camarário visando o reforço dos meios técnicos de limpeza;-----
 4. Solicitar ao Executivo que considere em casos específicos a delegação de recursos nesta matéria nas freguesias;-----
 5. Que afim de avaliar e medir as suas acções utilize as ferramentas de questionário à população sobre esta matéria."-----
- 5.8.10 - A Sr.^a Deputada Municipal Ana Salvado (PS):-----
- "Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
- No Concelho de Almada existem mais de 120 turmas de 1º Ciclo em horário duplo, isso deve-se à falta de salas de aula;-----
 - O Concelho de Almada também se destaca por estar abaixo da média nacional de cobertura na Educação Pré-escolar;-----
 - Estas duas situações têm consequências quer ao nível do insucesso escolar, que em Almada é superior à média nacional, quer ao nível do serviço prestado às famílias;-----
 - Garantir a frequência da escola em turno único é essencial para assegurar a Escola a Tempo Inteiro, fundamental para o crescimento do sucesso escolar e para garantir a ocupação efectiva das crianças em horários alargados para a maioria das famílias trabalhadoras;-----
 - Não sendo possível solucionar este problema de forma imediata, defendemos a construção faseada de escolas e jardins-de-infância ao longo deste mandato para que em 2013 todas as crianças do 1º Ciclo no Concelho de Almada possam beneficiar da Escola a Tempo Inteiro;-----
 - Nesse sentido a Assembleia Municipal de Almada saúda a construção de uma nova escola na Charneca de Caparica, freguesia em que mais se manifesta a carência de salas de aula;-
 - Lamenta a indisponibilidade da maioria CDU em acolher a proposta apresentada pelos vereadores eleitos pelo Partido Socialista, em sede de elaboração de proposta de Grandes Opções do Plano e Orçamento para a construção de mais duas novas escolas, na Sobreda de Caparica e no Feijó, outras das freguesias em que é mais grave a falta de salas de aula;-
 - Havendo recursos para essas construções lamenta ainda a forma como se está a preparar a gestão do calendário de construções o que perspectiva que seja dada a prioridade às



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

inaugurações em véspera de eleições em detrimento da satisfação das necessidades da população."-----

5.8.11 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Avelar Pinheiro (PS):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

- Por meio da toponímia e da estatuária os povos e as cidades homenageiam e realçam o papel daqueles cuja acção admiram.-----
- Na cidade de Almada, nos dias que seguiram ao 25 de Abril, foram retirados da toponímia os nomes daqueles que tiveram um papel importante nos 48 anos de ditadura. Os nomes de Salazar, Frederico Ulrich, entre outros, foram substituídos por outros mais de acordo com os novos tempos;-----
- Nos últimos anos tem-se assistido a uma tentativa de reabilitação das ditaduras do Século XX, de que a negação do Holocausto é a face mais visível, mas que passa pela tentativa de reabilitação do terror estalinista e, a uma escala mais pequena, do Salazarismo;-----
- Estas tentativas têm sido repudiadas pela opinião pública. Tendo mesmo havido uma petição contra um Museu dedicado a Salazar subscrita por pessoas de variadas tendências;
- O Cardeal Manuel Gonçalves Cerejeira foi uma das principais figuras do Salazarismo, não se lhe conhecendo uma palavra, escrita ou dita, que pudesse ser interpretada como apoio ou solidariedade com aqueles que foram alvo da repressão e perseguição política, dos que eram exterminados nos campos de concentração nazis, dos que foram obrigados a combater uma guerra em África e por lá morreram, daqueles (como Sá Carneiro) que nos anos finais da ditadura a ela se opuseram ou mesmo dos que na sua igreja foram obrigados ao exílio (caso do Bispo do Porto);-----
- Reconhece-se à Igreja Católica o direito de homenagear as suas figuras, não só por ser um assunto da igreja, mas por a separação entre a igreja e o estado ser uma das características da sociedade moderna e consequentemente da Constituição da República Portuguesa;-----
- Já a presença de responsáveis políticos em tal homenagem assume um inegável significado político;-----
- No dia 22 de Novembro foi inaugurado, no Cristo Rei, em Almada, um busto ao Cardeal Cerejeira. Tratou-se de uma iniciativa do Bispado de Setúbal na qual esteve presente o Vereador da Câmara Municipal de Almada, António Matos.-----
- Nessa sessão o referido vereador discursou dizendo que o "Este é um momento importante para a nossa terra. Portugal está mais rico e a nossa cidade também". (JN, 23/11/09)-----
- Não compreendendo nem a presença, nem as palavras do Sr. Vereador, numa homenagem a uma das principais figuras da ditadura, que são atentatórias do espírito democrático de



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

uma cidade que desde o primeiro momento foi um sinónimo de resistência, a Assembleia Municipal de Almada repudia a presença do Sr. Vereador António Matos na referida inauguração, assim como as palavras que então proferiu."-----

5.8.12 - O Sr. Vereador António Matos, a solicitação da Sr.^a Presidente da Câmara:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Relativamente à questão colocada pelo Sr. Vereador António Mendonça Mendes e agora pelo Sr. Deputado Municipal Nuno Avelar Pinheiro, queria sobre a matéria substantiva, sobre a qual se debruçou o texto pronunciar algumas palavras e também melhor esclarecer as intenções com que as palavras que então proferi o foram então naquele contexto.-----

O Santuário do Cristo Rei endereçou à Câmara Municipal um convite que lerei em parte.-----

"Nos próximos dias 21 e 22 de Novembro o Santuário do Cristo Rei irá desenvolver duas iniciativas que se inserem no programa dos seus 50 anos. No dia 21 terá lugar um evento musical para o qual enviamos, vos convidamos. E no dia 22 pelas 16H00 será inaugurado pelo Sr. Bispo de Setúbal um monumento alusivo a todos aqueles que contribuíram para a construção do Santuário", e a iniciativa principal como é do conhecimento de quem frequenta ou de quem está mais familiarizado com o sentido deste tipo de celebrações, pelas 17H00 e era esse o Convite, haverá lugar à celebração da Eucaristia seguido de um momento de convívio que também naquela área como na vida civil passo a expressão, seria em torno do tradicional moscatel de honra. A Câmara Municipal recebido que foi este convite, entendeu fazer-se, a equipa de gestão a tempo inteiro entendeu, com a coordenação do Gabinete da Sr.^a Presidente, fazer-se representar em ambas as iniciativas. No dia 21 no Complexo Municipal dos Desportos, no concerto amplamente noticiado e no dia 22 naquele que era a inauguração do monumento alusivo a todos aqueles que contribuíram para a construção do Santuário. Eu assegurei a representação nesta segunda iniciativa ocorrida no dia 22 pelas 17H00 a celebração eucarística e fi-lo da forma que é canónico nestas circunstâncias, é com os silêncios e acompanhamento dos celebrantes únicos que tomam a palavra nos púlpitos dos templos. E aquele tem um embora pequenino. O que aconteceu, e eu ia para esta iniciativa de celebração da eucaristia antecédida do monumento alusivo aos que trabalharam. Confrontei-me de facto com a inauguração pelo Sr. Bispo de um monumento que ia ser chamado e realmente o monumento tem à volta do pedestal nomes de todos aqueles que de alguma forma participaram naquele "esforço" não queria adjectivar de construção daquele monumento, os nomes de Bispos, de pessoas de diversa natureza na hierarquia eclesiástica que trabalharam na altura para que aquele Santuário Nacional fosse erigido no contexto histórico que todos conhecemos. Convidado na altura para usar da palavra hesitei como



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

sempre hesitamos quando num templo e conta-se pelos dedos das mãos as vezes que um leigo fala para além das tarefas de auxílio dos celebrantes principais nas igrejas ou naqueles espaços, naquelas celebrações religiosas. Hesitei em falar uma vez que quando lá cheguei, embora o monumento falasse de todos aqueles que o construíram e eu com toda a sinceridade não sei exactamente a dimensão, quantos, se tinha trabalhadores se não tinha, hesitei, mas perante a insistência do Sr. Padre Cezinando, depois de pedir autorização como é tom nestas circunstâncias ao Sr. Bispo, aceitei pronunciar algumas palavras. Estava a hierarquia, estava o Sr. Bispo de Setúbal e estava o Vigário Geral de Lisboa, não por uma qualquer subalternidade, mas porque em matéria, hoje a vida das dioceses, é das normas que está o Bispo Local e ao lado a não ser que sejam celebrações nacionais há uma certa prática de abstenção de estar outros Bispos, ou seja, ao mesmo nível hierárquico se esta linguagem se pode falar, hesitei e acedi falar, falei, talvez tivesse sido aqui, naqueles espaços religiosos onde os pequenos pecados podem ser grandes, tivesse sido aqui o meu pecado, mas na altura foi essa em circunstância a aceitação do convite do Sr. Padre Cezinando para falar que achei que o devia fazer, e o que é que eu falei? Eu ao longo da minha intervenção tinha que ser uma intervenção obviamente para seguramente mais de cem pessoas estavam ali, iam lá, em linguagem vulgar iam à missa, aquela celebração eucarística que estavam numa atitude e com um clima religioso e social muito específico, obviamente que eu falei de valores, de temas, de questões que às pessoas dissessem respeito e que não saíssem do quadro conceptual, do quadro doutrinário onde repousa a actividade municipal e sempre pensando nas responsabilidades governativas de que de alguma maneira era ali o portador. Eu falei pois na minha intervenção na paz, acentuei as questões da paz, eu falei das questões da solidariedade, eu falei das questões da fraternidade e falei destas questões como questões caras a um tempo que nós queremos construir hoje e aqui, e valores caros à nossa Cidade. Na minha construção mental e procurar ali encontrar uma situação de equilíbrio na situação desconfortável que todos reconhecemos que ali se criou, falar verdade de acordo com a minha sensibilidade, eu realmente cresci num meio católico, tenho valores, deixei de ser praticante regular, mas tenho na minha mochila de caminheiro da vida muitos valores da solidariedade, da paz, da fraternidade, alguns também são valores das pessoas que estavam ali, e eu falei então de coisas de valores que nos uniram. Eu evoquei naturalmente porque aquela iniciativa se inscrevia nos 50 anos, as celebrações dos 50 anos, em que a Câmara de Almada e a Câmara de Lisboa através dos dois Presidentes se quiseram publicamente envolver em cerimónias transmitidas pela Comunicação Social. Evoquei naturalmente a colaboração institucional entre a Câmara e o Santuário, não só no Plano de Organização das



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

comemorações, mas também na relação institucional que decorre nos últimos anos para efeitos de desenvolvimento do Plano Estratégico, o Estudo de Enquadramento Estratégico do Cristo Rei, no sentido em dizer que há um trabalho em marcha que vai aumentar as condições que todo aquele espaço vai ter, para duas coisas importantes para as pessoas, respeitando-se e isto para a prática da vida religiosa, mas também para a Cidade, para o desenvolvimento turístico com forma de acordo com aquilo que estabelece o nosso estudo de Enquadramento Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo. Referi até, e eu queria sublinhar isto, referi até, não desenvolvendo, que seria obviamente o motivo que não tinha ali sentido, seria digamos uma provocação ostensiva, então não falaria. Referi o contexto histórico, através de uma referência problematizadora, digamos aquele tempo histórico. Um tempo histórico que mercê de combates e de empenhamentos vários nos trouxe até hoje. E desenvolvi, aduzi mais algumas referências necessárias à construção da coerência do meu discurso, no sentido de ele ter sentido. Mas quero sublinhar que essa coerência que eu construí sempre repousou primeiro nos cumprimentos e saudações protocolares habituais que fiz a todas as pessoas que protocolarmente devem ser referidas, no reconhecimento da presença e do valor icónico no Plano construtivo do Cristo Rei na Cidade e no reforço dos valores numa Sociedade mais justa de Paz e solidária. Quanto ao custo, quanto ao Cardeal absteve-me em absoluto de quaisquer referências directas. E para os devidos efeitos de reposição da verdade por um lado e de explicação do meu sentido, do sentido do meu discurso por outro, afirmo seguramente sem surpresa de todos aqueles que me conhecem como Vereador há vinte e tal anos que são os da Liberdade, os da Solidariedade, os da Justiça Social, são esses os meus valores. Os meus valores são os valores de Abril. São estes e não os outros que merecem a minha homenagem. Honro os Combatentes da Liberdade e não glorifico os emblemas da ditadura."-----

- 5.8.13 - A Sr.^a Deputada Municipal Francisca Parreira - Presidente da Junta de Freguesia da Trafaria:-
"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
Relativamente à proposta Moção/Deliberação apresentada pela CDU sobre a Reserva de Território na Trafaria para Terminal de Contentores no Quadro da alteração do Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa, PROT/AML e também enquadrando naturalmente esta questão com a Revisão do PDM de Almada porque ela não pode ser naturalmente desligada também deste documento conformador do território. Quero dizer que bem, aos Srs. Deputados presentes e nomeadamente aos Srs. Deputados que aqui apresentam esta Moção que tem sido ciclicamente apresentada nesta Assembleia Municipal porque se justifica dado que são acrescentados dados a todo este processo nos



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

termos da evolução do mesmo. Temos um dado novo relativamente a esta Moção, mas ela é de facto uma Moção que tem sido sujeita a apreciação desta Assembleia Municipal e que tem Srs. Deputados, é bom e é para isso que aqui estou naturalmente também, só para dizer, tem tido o voto favorável de todas as bancadas nesta Assembleia Municipal. Temos estado naturalmente unidos nesta votação e estaremos naturalmente também unidos suponho eu, quando de facto para além dos documentos conformadores e dos estudo técnicos que estão agora em elaboração e em avaliação se tenham que encetar acções concretas para que o Terminal de Contentores e a Expansão da Administração do Porto de Lisboa, não seja uma realidade na Freguesia da Trafaria. É inequívoco, todos nós Deputados Eleitos, uns por inerência, outros noutra condição, queremos e sabemos que a vocação primeira da Freguesia da Trafaria, é uma vocação turística, é a vocação do lazer e do recreio. É isso que está também consubstanciado no Plano de Desenvolvimento Estratégico da Costa da Trafaria, nos Planos de Pormenor e nos Projectos Âncora que agora também se encontram em análise e em estudo. Que não resulte qualquer equívoco desta questão para os Municípes e para os Srs. Deputados e Eleitos aqui presentes. Esta é de facto uma questão que tem colhido a unanimidade dos votos de todos os Deputados Eleitos, mas é bom que se refira também que é uma questão do Grupo do Partido Socialista; Grupo Municipal do Partido Socialista e eu própria enquanto Presidente de Junta da Freguesia da Trafaria tenho levado para a frente como sendo uma questão de quase de honra. Os interesses que estão naturalmente subjacentes à Reserva do Território da Freguesia da Trafaria para a expansão do Porto de Lisboa, não servem os interesses nem as necessidades da Freguesia da Trafaria e nesse sentido estaremos sempre contra a instalação de um Terminal de Contentores na Freguesia da Trafaria e intensificaremos a nossa luta no sentido que essa realidade não se concretize. Terminarei dizendo apenas que esta questão faz parte do programa eleitoral do Partido Socialista apresentado no último sufrágio à população da Freguesia da Trafaria, mas também ao Município de Almada, porque o próprio candidato do Partido Socialista levou esta questão a ombros e a tem levado e entende de facto a Freguesia tem um destino e uma vocação que não é compatível com um terminal de contentores."-----

- 5.8.14 - O Sr. Deputado Municipal Miguel Duarte (PS):-----
"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
Eu vinha falar sobre a Moção apresentada pelo PSD relativamente à "Salubridade pública - Almada mercê melhor" e para dizer à Assembleia que nós vamos votar favoravelmente esta Moção na medida em que consideramos que este problema é um problema grave do nosso Concelho o problema da limpeza, da salubridade."-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Na verdade no últimos anos, nós temos assistido sobretudo em determinadas Freguesias, nomeadamente no caso da Charneca, no caso da Sobreda, para não dizer outras, a um aumento populacional e os meios à disposição da Freguesia para fazer a limpeza são exactamente os mesmos que há cerca de vinte anos atrás. E obviamente que esta situação não pode de modo nenhum continuar, aliás na última Assembleia Municipal acerca do Regulamento de descentralização de competências para as Juntas de Freguesia eu tive a oportunidade em nome do Partido Socialista de tecer alguns comentários sobre esse documento, que é um documento, podemos dizer que é mais do mesmo, porque não reflecte a realidade daquilo que são as necessidades das populações. Na verdade, todas as pessoas, quer as que moram na Cidade, quer as que moram para além da Cidade, todas as pessoas pagam na sua factura de água um valor destinado aos resíduos sólidos. E sendo assim todos têm o mesmo direito de ter a sua rua limpa tal e qual como sucede na Cidade, e isso infelizmente não se verifica. Nós somos defensores de que sobretudo naquelas que são as Freguesias, as chamadas Freguesias rurais, ou seja as chamadas Freguesias para além da auto-estrada, e há condições para isso, que deveria de haver uma efectiva descentralização da limpeza porque havia melhores condições, porque há proximidade dos cidadãos, hoje de um modo geral todas as Juntas de Freguesia têm uma pessoa a tempo inteiro ou duas a meio tempo, em que é possível executar esse serviço à população. O Serviço prestado à população pelas Juntas de Freguesia era efectivamente muito melhor do que aquele que é prestado agora. Portanto a optimização dos recursos dos locais, havia um maior proveito do trabalho das pessoas na limpeza das ruas do que aquele que é feito. O serviço neste é centralizado, só no tempo de deslocação das pessoas, levar as pessoas, ir buscar as pessoas, há uma perda de tempo enorme que se traduz num prejuízo daquilo que é e deveria ser uma limpeza efectiva dos cidadãos nessas Freguesias. E portanto, vimos aqui mais uma vez dizer que na nossa opinião deveria a Câmara Municipal estudar uma efectiva descentralização da limpeza para essas Freguesias no sentido de que optimizava os recursos, gastava menos dinheiro e produzia um melhor serviço aos cidadãos."-----

5.8.15 - O Sr. Deputado Municipal Sérgio Taipas (CDU):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
Pedi a palavra para no pouco tempo que temos e de forma um bocado em telegrama dizer qual é a intenção de voto da CDU relativamente aos documentos em apreciação. Votaremos favoravelmente as duas propostas do Bloco de Esquerda e a proposta do Partido Socialista sobre os trabalhadores da AIPICA. Relativamente às outras três queríamos dizer o seguinte. Em relação à proposta do PSD sobre a limpeza, nós reconhecemos sem qualquer dificuldade,



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

que o problema da limpeza urbana exige melhorias grandes e é uma questão que é colocada muitas vezes com muita justeza por muitos munícipes de Almada. Subscrevemos preocupações e até subscrevemos alguns considerandos da Moção do PSD. Não concordamos obviamente com o tom deliberativo da Moção e com o modo como se expressa em matéria deliberativa. Portanto, não há falta de evidência do Executivo no combate a este grave problema que está colocado em grande prioridade e a delegação de recursos e as competências para as Freguesias são regularmente discutidas com as próprias Freguesias. Pelo que votaremos contra.-----

Relativamente à Moção do Partido Socialista sobre a Escola a tempo inteiro, porque o tempo é pouco. Três, quatro tópicos essenciais, já discutimos esta matéria muitas vezes e aqui há que dizer o seguinte, nas Opções do Plano que vamos discutir e desde há muito tempo a escola a tempo inteiro é uma preocupação e está inscrita no plano de trabalho da Câmara.----

Segundo ponto é longuíssimo o historial de competências quer em Almada quer noutras, das atribuições, das competências e dos recursos, entre o local e o central, sendo aqui o deficit muito grande relativamente ao local. A Câmara de Almada como muitas outras tem feito muito mais nesta matéria do que seria da sua estrita competência. O que a Câmara tem feito relativamente à construção de edifícios escolares, a história lembre-se vem de 1984, para não falar em 79 foi quando o Poder Central deixou de as construir, a Câmara tem cumprido e tem ido além do que é o que está inscrito na Carta Educativa que todos aprovamos. As opções eleitoralistas do PS não nos tocam porque sempre fomos e seremos muito diferentes, pelo que votaremos contra. Relativamente à Moção a propósito da cerimónia no Cristo Rei, para que não haja qualquer equívoco não vou falar de improviso, mas vou fazer uma leitura de uma breve posição nossa. A propósito da cerimónia de inauguração de um monumento alusivo a todos aqueles que contribuíram par a construção do Santuário do Cristo Rei realizada no passado dia 22 de Novembro e que tem vindo a provocar diversas especulações, a CDU e o PCP entendem clarificar o seguinte, as posições da CDU e do PCP relativamente a religião, à Igreja e ao fascismo são claras e de sempre, não constituindo apenas posições teóricas e de principio, mas exprimindo-se na prática quotidiana do todos os que fazem parte destas forças políticas. Sempre foram e são coerentes e não confundem planos de intervenção. Relativamente à religião consagram o direito de cada um à liberdade de consciência e opção pessoal pela confissão religiosa ou por não processar nenhuma. Relativamente às igrejas exprimem-se por um relacionamento institucional correcto que pode admitir ou consubstanciar formas de cooperação, mas que não confunde nem colide com a salvaguarda das diferenças e a firmeza das posições de principio próprias.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Relativamente ao fascismo as posições da CDU e do PCP são desde sempre bem conhecidas de todos os portugueses e consistem numa acção militante permanente e inequívoca de combate ao fascismo antes e depois do 25 de Abril e não temos a menor dúvida em reafirmá-lo também as mais firmes e claras de todas contra tentativas da sua recuperação ou branqueamento. A identificação inequívoca do Cardeal Cerejeira como uma das mais tenebrosas figuras do fascismo e a sua conseqüente condenação encontram-se expressas em inúmeros textos e intervenções públicas desde sempre, muito antes de quaisquer outros e sem nenhuma quebra ou contradição. Desvirtuar intenções ou descontextualizar a palavra de qualquer autarca da CDU seja ou não militante do PCP, quando em representação institucional do respectivo órgão que integra, não pode em caso algum confundir posições de princípio e práticas inequivocamente antifascistas desde sempre partilhadas por todos e por cada um de nós.-----

Queria terminar a minha intervenção invocando aqui um facto histórico que nos permite comparar coerências e atitudes. Quando da morte do Cardeal Cerejeira, alguém por sua livre iniciativa - não foi convidado, dirigiu-se ao patriarcado para apresentar condolências e ao sair do patriarcado disse aos Jornalistas, consultem toda a imprensa da época, que o Cardeal Cerejeira era uma figura da igreja e representa sem dúvida uma perda para a Igreja e para a cultura portuguesa de que foi um pensador destacado. Quem afirmou isto foi Mário Soares e era o Primeiro Ministro de Portugal."-----

5.8.16 - O Sr. Deputado Municipal Fernando Pena (CDS-PP):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Em tempo breve com este profusão de Moções que exigiria mais tempo de discussão, provavelmente. Alguns comentários relativamente a algumas delas. Em primeiro lugar relativamente à Moção da CDU sobre a Figura de Alberto Araújo. O CDS absteve-se pelo respeito, pela memória de pessoas e pelo respeito das convicções das pessoas e pelo respeito que merece aquelas que apreciam a obra das pessoas. Mas salientando que temos uma clara, uma profunda divergência com aquela que foi a doutrina política do Dr. Alberto Araújo. Uma política de muitos erros, uma política que deixou muitos milhões de mortes na história das nações. E portanto, com o respeito pela figura, com uma divergência profunda com aquilo que representou para a história da humanidade o comunismo e as suas páginas negras, nunca poderíamos votar a favor dessa Moção.-----

Relativamente à Moção sobre a Reserva de Território da Trafaria para o Terminal de Contentores, só dizer a minha posição pessoal, assumida na campanha eleitoral, a expressão que utilizei terá sido aproximadamente que Almada não podia ser o depósito dos erros de



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Lisboa. Continuo a achar o mesmo, mas também não é solução a forma como aquela zona está. E espero ver a concretização do Plano Estratégico para a Trafaria, para não repetir os erros do Plano Estratégico do Polis que foi seguido para a Costa da Caparica. Porque caso contrário eu não sei se seria preferível os contentores. Naturalmente não estou de acordo com eles. A moção do PSD merece uma reflexão séria, em sede de 1ª Comissão voltamos a falar nisto, tínhamos falado no encontro com a Sr.ª Presidente da Câmara na preparação do Orçamento, é um verdadeiro problema do Concelho de Almada.-----

O lixo, as marcas de vandalismo sobre património, sobre construções recentes, pragas de pombos, temos até já a coisa inédita das gaivotas que já partilham o território com os pombos em busca do lixo, temo um profundo desleixo, temos uma destruição daquilo que é o espaço público. E uma Cidade assim não é aprazível, uma Cidade assim não convida os cidadãos a viver o espaço público, a sair para a rua, a gostar da sua Cidade. E este é um problema recorrente, é um problema de muitos anos que não pode ser imputado só ao comportamento dos cidadãos. A verdade é que a Autarquia não cumpre aquilo que é o seu dever. A verdade é que os serviços não são eficientes, a verdade é que Autarquia não limpa com regularidade e da forma que tem que se exigir numa Cidade moderna.-----

A Câmara Municipal de Almada ao longo destes anos tem-se mostrado incapaz de resolver este problema. Um problema que é um problema de conservação do espaço público, é um problema de todos nós. Nós não estamos a falar só de lixo, estamos a falar de cedência perante o vandalismo. E isso é o que vai abrir porta muitas vezes à maior criminalidade, porque se as pessoas não gostam da rua, se as pessoas não vivem o espaço público essa rua fica entregue a quem a estraga. E portanto é um problema muito sério, é um problema a que a Câmara Municipal de Almada devia dedicar tempo e devia dedicar uma fatia orçamental mais substancial e naturalmente votaremos a favor. Por fim, a última Moção apresentada pelo Partido Socialista, eu só lamento que estejam aqui alguns chavões relativamente à figura do Cardeal Cerejeira. Quando se afirma que o Cardeal Cerejeira foi uma das principais figuras do salazarismo, ou que ele foi uma das principais figuras da ditadura, está-se a desconhecer uma grande parte da história, uma grande parte dos escritos do Cardeal Cerejeira e uma grande parte das posições públicas que ele tomou. E portanto, não podemos de maneira nenhuma subscrever as palavras que aqui estão."-----

5.8.17 - O Sr. Deputado Municipal António Neves - Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica (PSD):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Eu venho aqui em primeiro lugar, transmitir que para isso fui mandatado pela Assembleia de Freguesia da Costa da Caparica, das Moções que ontem foram aprovadas por unanimidade e que foram solicitadas, foi solicitado que eu hoje as trouxesse a esta sede.-----

A primeira Moção é "O Direito à Segurança", entreguei ao Sr. Presidente da Assembleia, para fazer o favor de dar o devido encaminhamento. A Sr.^a Presidente da Assembleia de Freguesia fará o favor de enviar à Câmara e à Assembleia em tempo oportuno, mas para não se perder tempo, entendemos que hoje sendo a primeira Reunião da Sessão prevista de três dias desta Assembleia Municipal, apresentamos as seguintes Moções. A primeira Moção diz "Direito à Segurança" diz o seguinte:-----

"Considerando que:-----

a) A Freguesia da Costa da Caparica é uma cidade da margem sul com características únicas no país;-----

b) A sua localização geográfica e o seu micro-clima fazem desta cidade o maior pólo de atracção turístico do Concelho de Almada, atraindo visitantes de outras localidades do país e do estrangeiro, mesmo fora da época balnear, aos quais crescem, pela proximidade da Grande Lisboa e Vale do Tejo, os fluxos de cidadãos provenientes desta região;-----

c) A Costa da Caparica é uma das cidades portuguesas com maior comunidade estrangeira residente englobando diversificadas etnias;-----

d) A cidade da Costa da Caparica recebe, constantemente ao longo do ano, uma grande afluência de vida nocturna nas zonas de bares, discotecas e casas de diversão, que se estendem pela longa orla costeira desde as Praias de S. João até à Fonte da Telha.-----

Considerando ainda que, na cidade da Costa da Caparica, é frequente verificarem-se assaltos a residências, a estabelecimentos comerciais, a viaturas automóveis, desactos de ordem pública e actos diversos de vandalismo urbano que acabam por intimidar os seus habitantes e quem nos visita.-----

Assim, tendo em consideração que, a segurança das pessoas e bens é um dever do Estado e um direito das populações e que é o policiamento de proximidade que garante principalmente a segurança aos cidadãos, instituições e de todo o tecido social e económico:-----

Vem a Assembleia de Freguesia da Costa da Caparica reunida em 16 de Dezembro de 2009 exigir do Governo os actos tidos por necessários para que:-----

1) Seja aumentado o número de efectivos existentes actualmente adstritos ao posto da força de segurança local, equipando-os com os meios necessários e suficientes para o desempenho das suas funções.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

2) Que sejam tido em consideração os ajustamentos necessários (reforços) à vigilância de pessoas e bens durante a época balnear;-----

3) Que esta moção depois de lida, discutida e aprovada seja enviada a Sua Excelência o Sr. Primeiro Ministro, a Sua Excelência o Sr. Ministro da Administração Interna, a Sua Excelência o Sr. Governador Civil de Setúbal e a Suas Excelências os Membros do Conselho Municipal de Segurança do Concelho de Almada na pessoas do seu Presidente."-----

Esta Moção foi aprovada por unanimidade.-----

A segunda Moção:-----

Identificação e correcções aos parcelamentos das Terras da Costa-----

No século passado urna boa parte da Freguesia da Costa da Caparica conhecida como Terras da Costa, foi parcelada pela Autarquia de Almada para a realização de actividades primárias, ligadas à Agricultura.-----

No seu tempo, o propósito desta actividade, muito provavelmente, seria a subsistência do agricultor e a comercialização dos bens produzidos em prol das necessidades da população da Vila.-----

Paralelamente a este objectivo, o factor trabalho assumia uma componente económica primordial para atenuar o desequilíbrio social que marcou décadas de agricultores e pescadores da Costa.-----

Hoje e perante as diferentes vicissitudes, seja da alimentar, do ambiente ou mesmo do emprego, torna se necessário dinamizar e respeitar a actividade agrícola, como forma mais rápida de gerar valor para as populações.-----

Infelizmente, ao longo das últimas décadas, estas zonas de parcelamento, têm sido “desrespeitadas” no cumprimento do objectivo agrícola a que se destinam, criando mesmo desequilíbrios sociais e urbanos, pouco dignos à Cidade da Costa da Caparica e/ou às competências da Câmara Municipal de Almada (CMA) na sua gestão.-----

A existência de um grande número de construções e actividades não ligadas directamente à actividade agrícola, aliada à existência de aglomerados imperceptíveis, alteram o destino a que este mesmo parcelamento se destinou na sua origem.-----

Perante a eventual construção duma nova infra-estrutura rodoviária, ER 377-2, que implicará a destruição de algumas terras agrícolas da Costa da Caparica, torna-se eminente e prioritária uma rápida intervenção da CMA na correcção das situações referidas.-----

Ao garantir a continuação da actividade agrícola na utilização desses parcelamentos em conformidade com o disposto no IEA, virá a ser permitido compensar a eventual redução da área agrícola que possa ocorrer pela construção da via 377-2?-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Neste sentido, propõe-se o seguinte:-----

1. A correcta identificação dos parcelamentos existentes e a sua demarcação, dando conhecimento dessa informação à Junta de Freguesia;-----
2. Realizações das correcções necessárias junto dos parcelamentos que não cumprem com a actividade de exploração agrícola;-----
3. Que esta proposta depois de lida e aprovada seja enviada à Câmara Municipal de Almada para ratificação.-----
4. Que, seja solicitado às Estradas de Portugal os esclarecimentos necessários à execução da obra em apreço, tendo em atenção a necessidade de informação aos proprietários e/ou rendeiros sobre traçados, eventuais reordenamento dos terrenos agrícolas e ainda os eventuais processos indemnizatórios que possam vir a resultar da construção desta infraestrutura viária."-----

Esta proposta também foi aprovada por unanimidade."-----

5.8.18 - O Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão (PS):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

A minha intervenção é no sentido de clarificar os aspectos relacionados com a Moção que foi apresentada pelo Sr. Deputado Nuno Pinheiro sobre o Busto do Cardeal Cerejeira. Vamos lá ver portanto, nós ouvimos com muita atenção, como aliás era nosso dever, ouvimos com muita atenção a intervenção do Sr. Vereador António Matos, e percebemos na intervenção que ele se sentiu incomodado, parece-me, foi o que eu entendi, que se sentiu incomodado na situação em acabou por participar. Percebi nas suas palavras a sua perplexidade, entendi também, penso eu, pelo menos um leve tom autocrítico. E aquilo que gostava de dizer e depois também de considerar a intervenção do Sr. Deputado Sérgio Taipas que do ponto de vista dos princípios me pareceu esclarecedora, gostava de lhe dizer o seguinte: se o entendimento que eu faço é correcto, isto é, que o Sr. Vereador não concorda com as afirmações que lhe foram imputadas no Jornal e não acha que o busto do Cardeal Cerejeira é uma mais valia para o Concelho de Almada, se o Sr. Vereador de facto acha isso, nós retiramos a Moção. Agora, gostava que nos fosse reafirmada esta ideia, que o Sr. Vereador de facto se dissocia de toda esta situação."-----

5.8.19 - O Sr. Deputado Municipal Luís Filipe Pereira (BE):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Nós também temos que nos pronunciar sobre a questão do busto do Sr. Cardeal Cerejeira, porque se existe assunto que nos afecta, são as tentativas de branqueamento do fascismo e para nós a figura do Cardeal Cerejeira é íntima do Salazar e salazarismo. Também não temos



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

memória de qualquer apoio deste aos que sofreram repressão das prisões e a perseguição política do anterior regime. Não percebemos qual a necessidade de inaugurar um busto do Cardeal a não ser integrada numa campanha de branqueamento do anterior regime. Isso acho sinceramente que é o que a Igreja está a fazer. Não percebemos a necessidade da presença do Sr. Vereador, eu acho que o Sr. Vereador não sabia ao que ia, pelo menos pela leitura, e eu acho que o Sr. Vereador devia ter alguma dor de barriga e "é pá eu tenho que ir à casa de banho, e não posso continuar aqui" e tinha ido à casa de banho, acho que era o melhor que o Sr. Vereador tinha que fazer. É evidente que para nós, nós conhecemos o Vereador António Matos e não nos passaria pela cabeça que o Vereador António Matos fosse apoiante de uma iniciativa destas. E também parecia-nos muito bem que de facto esta Moção fosse retirada e que isto não passasse de um episódio que ocorreu mas que de facto não representa nada daquilo que pensa o Vereador. Nem no que pensa, nem naquilo que é a sua prática. E sobre isto era o que nós queríamos dizer.-----

Depois sobre a Moção do PSD, sobre a questão do lixo, o Bloco de Esquerda revê-se em muitos dos aspectos apresentados nesta Moção. Mas há, muito sinceramente uma abordagem que nós temos que fazer nesta Assembleia acerca da postura das pessoas neste Concelho em relação à forma como trata os seus lixos, como os deposita e como procede em relação ao gosto que tem de ver a sua terra limpa. Porque senão nós podemos cometer o erro de fazer aqui sistematicamente exercícios de demagogia sobre esta questão. E ninguém vai conseguir resolver o problema dos lixos, ninguém, seja este Executivo ou seja outro qualquer. Se não encararmos de frente esta questão da forma como as pessoas encaram a limpeza das suas terras com mais profundidade, porque é normal, todos nós constatamos essas situações, que muitos automobilistas aproveitam o sinal vermelho para despejar os seus cinzeiros, abrem a porta despejam o cinzeiro ali no chão, abrem a janela do carro mandam o maço de tabaco, a garrafa da água, o saco de plástico vazio, de um dia para o outro os ecopontos ficam atulhados de tudo o que é mau de se ver. Os ecopontos transformaram-se em perfeitas lixeiras, tem que haver uma visão sobre a questão dos lixos e da forma como tratam os lixos. Eu vivi num país estrangeiro durante três anos por questões políticas, com asilo político, em Bruxelas, onde as recolhas de lixo não se fazem todos os dias e onde não existem contentores, ou pelo menos naqueles anos não existiam, estou a falar de 73 a 76. As pessoas punham o lixo nas ruas a determinados dias, a determinadas horas em sacos de lixo, ninguém punha o saco de lixo na rua fora do dia e fora da hora que lhes cabia, na rua. Nós em Almada temos esta coisa ridícula de toda a gente pôr o lixo em todo o lado a qualquer hora, ninguém respeita que só se pode pôr o lixo nos contentores a partir de



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

determinada hora. Ninguém liga nenhuma a isso. Nós só somos multados aqui em Almada se estacionarmos o carro no sítio dos residentes. Isso eu posso provar que é verdade. Mas se as pessoas tiverem o contentor do lixo e mandarem o saco para um metro de distância, isso já ninguém liga. Há uma conciliação com uma maneira de estar que nós temos que combater. É evidente que para o Bloco de Esquerda votar contra uma Moção destas também seria demagógico. O Bloco de Esquerda tem que votar a favor desta Moção. Mas não podemos deixar de apelar a todos nós que em sede das Comissões Permanentes, no âmbito desta Assembleia que é bom que comecem a funcionar enquanto Comissões praticamente paritárias, que se comecem a debruçar sobre assuntos que nos dizem respeito a todos e não devem servir de armas de arremesso para estes ou para aquele Executivo, que seja da Câmara ou que seja do Executivo da Junta de Freguesia, para fazermos com que nossa terra seja uma terra mais bonita de se ver, mais agradável de se ter e de conviver, de se desfrutar o espaço. Portanto, nós todos sabemos que as questões do lixo têm que ser encaradas de forma mais profunda. É evidente que se houver um "Almeida" para cada cidadão é quase como o CDS, é dez milhões de habitantes, cinco milhões de policias, é um policia para cada cidadão, isso era "encantados da vida", é sobre isso que eu queria deixar aqui uma nota da forma como nós também encaramos este problema."-----

5.8.20 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Avelar Pinheiro (PS):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
Tem a ver com a intervenção do Sr. Deputado do CDS sobre o Cardeal Cerejeira, como é evidente o assunto incomoda-me. Incomoda-me especialmente porque eu conheço bem o Sr. Vereador António Matos e não tenho absolutamente nenhuma dúvida sobre as suas convicções democráticas, como é evidente não perguntei, porque eu sinceramente se aparecesse uma notícia que me interpretasse mal no jornal, eu teria desmentido. E foi nesse sentido que esta intervenção apareceu. Se tivesse sido desmentida sentir-me-ia muito mais contente. Muito mais contente do que se apresentasse a Moção. Eu devo dizer que a minha formação é História, sou licenciado, mestre e doutorado em História Moderna e Contemporânea, portanto, digamos que o não conhecer História é enfim, posso dizer que não conheço muito mas pronto. E como o assunto me incomoda e como, enfim não acredito que tenha a verdade na mão, fui investigar e pensei, será que o Cardeal Cerejeira teve nalgum momento alguma atitude que pudesse ser interpretada ou que pudesse ser vista como apoio aos democratas no final da sua vida, de apoio a tantos católicos que lutaram contra a ditadura no final da sua vida? Não há notícia de tal coisa. Aliás pelo contrário e se consultar o Jornal das paróquias não estou a falar de nenhuma publicação perigosamente esquerdista, vê-se ai



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

precisamente, diz-se ai precisamente que nos últimos tempos do seu poder o Cardeal Cerejeira ainda redobrou o seu esforço e intensidade do seu esforço na luta contra os católicos progressistas que na altura lutavam contra a guerra colonial. No apoio do regime que tinha ajudado a instaurar o Cardeal Cerejeira tinha feito isso. E lembro só um episódio para pensarmos como o Cardeal Cerejeira era uma pessoa "humanitária", as preocupações humanitárias do Cardeal Cerejeira. A certa altura a mulher do embaixador do Brasil viu alguém ser atirado da janela de um edifício, esse edifício era a sede da PIDE-DGS, escreveu ao Cardeal Cerejeira como católica que era, e o Cardeal Cerejeira respondeu-lhe, não sei porque é que se está a preocupar, era apenas um comunista. Portanto eu estive a estudar e estive a ver se havia alguma coisa em que pudesse estar enganado e que o meu espírito almadense formado pelo anticlericalismo, pelo convívio com pessoas como José Alaís, não como Alberto Araújo que faleceu antes de eu ter nascido. O Romeu Correia que tem ali uma fotografia, portanto por esse espírito anticlericalista podia estar a correr nalgum daqueles chavões de que me acusou. Mas não, o facto é que o estudo que eu fiz sobre a figura do Cardeal Cerejeira ia todo no sentido daquela intervenção."-----

5.8.21 - A Sr.^a Deputada Municipal Ana Moura (PSD):-----
"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
É em relação à Moção sobre a violência contra as mulheres, concordamos com a Moção, trata-se de uma preocupação social, merece toda a nossa atenção. 2009 foi eleito pelo Grupo das mulheres Sociais Democratas o ano da Saúde, levando a todo o lado os rastreios básicos da saúde, 2010 já tinha sido escolhido por nós como o ano da violência doméstica, vamos fazer vários fóruns e esperamos, como é óbvio é aberto a toda a gente que participem."-----

5.8.22 - O Sr. Deputado Municipal Luís Varela Pais (PSD):-----
"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
É só para dar a nossa indicação de voto relativamente às Moções que foram trazidas aqui hoje. O PSD irá votar favoravelmente todas as Moções com excepção da Moção do PS sobre a questão relacionada com o Cristo Rei porque achamos que criar um facto político desta natureza e depois da explicação, da grande explanação que o Sr. Vereador nos deu, para nós não faz sentido esta Moção, não queremos que seja aqui criado um facto de ver quem é que é mais antifascista. Relativamente à Moção do PS sobre a Escola a tempo inteiro, todos nós sabemos que foi uma bandeira eleitoral do PS, nós vamos abster-nos relativamente a esta Moção, não porque não achamos que existem algumas tendências eleitoralistas, muitas vezes da nossa Autarquia, que algumas das inaugurações sejam feitas próximo dos períodos eleitorais, mas porque isso foi falado em sede da 1ª Comissão, todos nós sabemos que existe



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

uma Carta Escolar do Concelho, Carta Escolar essa que define quais as prioridades em termos construtivos e que foi profundamente estudada por vários parceiros e portanto o PSD sente-se confortável no sentido em que há um estudo técnico e é sobre esse estudo técnico que havendo um seguir fielmente aquilo que foi conseguido nessa Carta escolar, nós sentimo-nos confortáveis com o ritmo de inaugurações desde que estes como é natural sigam esse mesmo ritmo. Para além disto quatro notas muito rápidas para dizer que relativamente à Moção sobre o PROT da AML, e para além de que estamos de acordo como eu já disse anteriormente, queríamos também aqui salientar e pedir à Câmara Municipal de Almada que utilizasse todos os seus recursos e que são vários e que são muitos, incluindo os legais, para que nesta que é uma questão estratégica para o Concelho como todos nós concordamos e já foi dito aqui pela Sr.^a Presidente da Junta de Freguesia da Trafaria, este seja considerado uma prioridade de primeiro nível, tal como foi para as questões da linha de muito alta tensão, se bem que com algum atraso, a Câmara empenhou todos os seus recursos, há outros recursos e desde já também como é natural os eleitos do PSD também cá estarão para apoiar nesta luta, dentro daquilo que são as nossas capacidades como Deputados Municipais e como políticos locais.-----

Relativamente à questão da Moção sobre a Aminetu Haidar, com certeza votaremos favoravelmente. Estamos a falar de uma questão que se prende com a liberdade de expressão e direitos humanos, como votaria favoravelmente qualquer outra Moção que se relacionasse com o mesmo efeito, viesse ela de onde viesse, do Guantánamo, de Cuba; da Venezuela; da China; da Coreia do Norte. Também gostaríamos, como é natural de nos solidarizarmos com a AIPICA e sobre o problemas que atravessam neste momento, desejar que esta obra social da AIPICA possa continuar e que não seja este o problema que faça pôr em causa esse grande objectivo e que os bons resultados que a AIPICA tem tido nestes últimos mais de trinta anos possa continuar para bem das famílias que muitas delas precisam. Finalmente uma nota sobre a questão da Moção sobre a limpeza urbana, uma resposta muito rápida ao Sr. Deputado Sérgio Taipas, que referiu que não pode votar favoravelmente esta Moção em virtude da parte deliberativa da mesma, enfim isto é o mínimo que se pode dizer quando não se tem qualquer outro tipo de justificação para não votar favoravelmente uma coisa que é evidente no nosso Concelho.-----

Depois finalmente ao Sr. Deputado Luís Filipe do Bloco de Esquerda que referiu que, bem que fugazmente a questão da abordagem demagógica desta Moção, para lhe lembrar que é bem explicito no segundo parágrafo o dizer que "esta Moção e nomeadamente estes problemas merecem desta Assembleia Municipal, uma reflexão construtiva que vise como fim



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

único a melhoria da qualidade de vida de todos. Portanto, acho que está enganado relativamente à consideração que fez sobre esta abordagem demagógica."-----

5.8.23 - A Sr.^a Presidente da Câmara Municipal:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

O PROT da AML, está de facto em processo na fase final. Neste momento existe já proposta final do PROT, suponho que no mês de Março se o calendário anunciado for cumprido estará em discussão pública e portanto saúdo a Assembleia Municipal por aprovar, espero por unanimidade a posição que aqui foi trazida porque é já um contributo muito sério, é uma posição muito firme, na actual fase do processo. Relativamente a esta questão que tanto nos preocupa que é uma reserva sem termo na Trafaria para alguma coisa que não se sabe se algum dia chegará. E o que nós queremos é que não chegue, porque o modelo de desenvolvimento que temos para aquele nosso território é bem diferente daquele que seria a instalação ali de uma grande plataforma de contentores. Portanto a posição da Assembleia já foi tomada por várias vezes, por isso saudei a intervenção da Presidente da Junta. Em vários momentos a Assembleia Municipal se pronunciou de uma forma firme, de uma forma clara e objectiva considerando esta uma questão central que deve ser defendida por todos. Esta decisão é importante porque vamos entrar numa outra fase, mesmo a fase final e eu deixava aqui a nota, era a todos os Deputados Municipais individualmente e a todas as pessoas do nosso Concelho individualmente também para que na fase da discussão pública intervenham e digam de sua justiça relativamente a este processo. Porque a seguir à discussão pública é feito naturalmente o Relatório final e a última palavra cabe ao Governo. Portanto se em sede de discussão pública houver de facto um grande movimento local da nossa população para além dos autarcas repudiando veementemente esta solução, esta alteração ao PROT, que é de uma alteração na medida em que a Trafaria/Costa é um eixo de desenvolvimento turístico no PROT que está em vigor e que será alterado agora neste processo, portanto é fundamental que de facto todos nos mobilizemos, não só os Autarcas mas a população em geral para que o Governo que tem a última palavra relativamente à aprovação do Plano saiba qual é o nosso ponto de vista municipal e o tenha com conta.-----

Queria também em relação às questões da limpeza, dizer que não considero que o Concelho seja uma montureira. Penso que os problemas da limpeza são de facto problemas permanentes. Eu já fui Vereadora da Limpeza, o Sr. Deputado Miguel Duarte também foi, muitos outros o foram, sabemos todos em consciência do que é que se trata. E sabemos que o problema da limpeza passa obviamente por intervir e fazer um bom trabalho e por recursos, mas e ouvi o Sr. Deputado antes Vereador Miguel Duarte dizer isto muitas vezes, passa



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

acima de tudo pela atitude dos cidadãos. O comportamento dos cidadãos é uma questão fundamental por isso a educação ambiental e a sensibilização é uma linha de trabalho do nosso Município, em permanência desde o banco da escola e naturalmente também junto da nossa população. Há um investimento muito considerável que está sempre em avaliação e sempre sujeito a reforço quer ao nível dos recursos humanos, quer dos equipamentos, quer de todas as condições necessárias para que esta área de trabalho consiga dar aos cidadãos e ao nosso Concelho os níveis que todos precisamos. Mas nós também temos que ir a organismos que deviam assumir as suas responsabilidades. Nós temos aqui o Relatório à Assembleia Municipal, reportado aos meses de Agosto, Setembro e Outubro que iremos apreciar nesta reunião da Assembleia Municipal. E se folhearmos este Relatório encontramos referido sobre o trabalho megalómano que é feito nesta área de intervenção municipal. Mas também encontramos uma referência que eu não posso aqui deixar de evidenciar que tem a ver por exemplo, com a limpeza da Orla Marítima. A limpeza da Orla Marítima onde a Câmara Municipal, os Municípios no seu conjunto investem e de onde não têm qualquer benefício, qualquer contrapartida. Substituindo-se aos organismos da Administração Central. E dizer que neste período foram seiscentas e dez toneladas de resíduos que o nosso Município sem receber um cêntimo retirou de toda a Orla Costeira, foram vinte e três mil cento e sessenta sacos depositados e levantados durante este período nesta área, para já não falar das máquinas, dos homens que pela noite fora e todos os dias asseguraram a limpeza das praias da Costa da Caparica. E dizer que temos de facto praias com bandeira azul e cada vez temos mais, e isto também não é resultado do trabalho e da intervenção dos organismos com jurisdição nesta área, é resultado do trabalho e da intervenção do nosso município. Dizer que neste período foram para além das praias, foram removidos 25.467 toneladas de resíduos, cento e setenta acções de recolha de contentores e muito mais. Trezentas e quarenta acções, variadíssimas de intervenção no espaço público direccionadas, específicas, trabalho com as nossas Juntas de Freguesia na recolha dos monos, mas com uma fatia muitíssimo considerável do trabalho também feito, completamente pela Câmara Municipal. É preciso continuar a fazer mais? É.-----

Em relação às Escolas Primárias. Queria dizer aos Srs. Deputados Municipais que uma escola primária não se constrói do dia para a noite, não é porque eu hoje decido que vou construir uma escola primária que até ao fim do ano consigo pôr a escola no terreno. Primeiro é preciso o terreno, é preciso o projecto, é preciso o caderno de encargos, é preciso o concurso e portanto nós chegamos ao terreno no terceiro ano do Mandato, ninguém tenha dúvidas, e portanto a Câmara não trabalha para as eleições, trabalha para as pessoas e no



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

mandato que terminou construiu nove escolas do 1º Ciclo, era suposto que o Governo da República que anunciou a escola de tempo inteiro para o País tivesse financiado largamente as autarquias do nosso País, pelo menos cinquenta por cento dos fundos estruturais ou como foi prometido inclusivamente através do Orçamento Geral do Estado, o que é que veio? Uma migalha, a migalha dos Fundos Estruturais que andou em vinte e tal por cento e não abrangeu as nove escolas, abrangeu menos de cinco escolas no nosso Concelho, com Jardins de Infância, Escolas do 1º Ciclo, com todas as condições que foram naturalmente asseguradas. Carta Escolar incluída, é preciso continuar a acompanhar esta área que é prioritária na nossa intervenção municipal. Mas que ninguém venha dizer que este ano se põe no Orçamento dois milhões duzentos e cinquenta mil euros e que se gastam. É mentira, é mentira, gasta-se o dinheiro do projecto se, se gastar. Portanto é preciso seriedade nestas coisas, muita seriedade. Meus queridos amigos, nós não trabalhamos para as eleições, nesta matéria nem em nenhuma. Naturalmente trabalhamos para as pessoas e em consequência do trabalho que fazemos para as pessoas temos o seu reconhecimento pelo nosso trabalho.-- Eu queria dizer que as piscinas atlânticas são muito bem remetidas para o coordenador nacional do Programa Polis, para o Ministro do Ambiente e Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional, para o Ministro das Finanças que na final são os accionistas maioritários do Plano de Desenvolvimento Estratégico da Costa da Caparica. Mas também não entremos na demagogia, porque todos nós sabemos que a Costa da Caparica tem sido alimentada artificialmente com areias, o que quer dizer que aquele mar ali não é qualquer coisa, portanto eu posso dar um palpite, houve alguém em tempos que conhecia Almada de avião, veio para aqui dizer umas coisas e o povo percebeu que afinal não eram coisas sérias. Portanto estas coisas precisam de ser tratadas com seriedade. E portanto digamos ao Governo que tem a jurisdição, que é o principal accionista do Plano de Desenvolvimento Estratégico da Costa da Caparica que estude lá as piscinas atlânticas. Sim senhor, estou com todos os que façam essa proposta ao Governo, mas é preciso estudar para saber se é possível naquele mar atlântico fazer o que se diz. Mas quem será, naturalmente é quem tem jurisdição.-----

Também queria dizer que as Terras da Costa serão resolvidas com o Plano da Frente Urbana e Rural Nascente. Infelizmente o Polis começou em 2001, em 2009 não está o Plano da Frente Urbana e Rural Nascente, não está o Plano das Praias de Transição que está há um ano e quase meio na DGOTDDU, que o ICN bloqueou, que depois desbloqueou, que agora é ARH, que vem levantar novas questões e afinal de contas sendo o Polis um programa especial com legislação especial, não lhe valeu de nada, porque os planos continuam a fazer



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

o marcar do passo que todos nós conhecemos. Em Abril de 2005 esteve na Costa o Secretário de Estado do Ordenamento do Território, o Secretários de Estado do Ambiente, o Presidente do ICN, o Director Geral da DGOTDU, o Presidente da própria CCDR, estiveram lá todos, viram que o problema que estava a ser criado relativamente ao Plano das Praias de Transição era falso, era artificial, passou cinco anos e estamos na mesma. Portanto, é preciso pôr os pontos nos is. Mas o Plano da Frente Urbana e Rural Nascente tem o reordenamento das terras agrícolas."-----

5.8.24 - O Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão (PS):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Peço a palavra para me pronunciar sobre o conjunto dos textos apresentados. Gostava de começar por declarar o nosso apoio e o nosso voto favorável relativamente à moção apresentada sobre Alberto Araújo, insigne democrata, um vulto da nossa terra que soube ao longo da sua vida mostrar sempre espírito crítico, concordou, discordou, foi um homem integro e é uma referência da nossa terra. Relativamente às duas Moções apresentadas sobre a AIPICA, queremos declarar o nosso voto favorável, tanto que apresentamos nós Partido Socialista, como a apresentada pela CDU. No que diz respeito à Moção apresentada sobre o Cardeal Cerejeira, gostava de declarar que consideramos suficiente, ponderando os aspectos em cima da mesa, consideramos suficientes as intervenções realizadas e sensibilizou-nos também a intervenção do Sr. Deputado Municipal do Bloco de Esquerda, portanto retiramos a Moção e solicitamos que ela não seja sujeita a votação. No que diz respeito à Saudação apresentada aos trabalhadores dos SMAS, associamo-nos ao texto apresentado também pela CDU. Associamo-nos também aos dois textos apresentados sobre a resistente Sarauí que neste momento está numa situação crítica.-----

Quanto à Moção sobre as Finanças Locais, em coerência com a posição assumida nesta Assembleia ao longo dos anos, portanto não votaremos a favor, votaremos contra, achamos que a Lei das Finanças Locais deve ser objecto de reajustamentos. Há aspectos que devem ser corrigidos e melhorados, mas não são na linha da Moção apresentada pela CDU.-----

Finalmente sobre a Trafaria, é um compromisso eleitoral do PS, é um compromisso de honra defender a Freguesia da Trafaria e levantarmos em qualquer momento e em qualquer circunstância contra qualquer possibilidade de acrescentar desordem, acrescentar desrespeito pelo ambiente ou muito desrespeito e desordem que já existem e que devem ser corrigidas.-----

Associamo-nos também à Moção apresentada sobre a violência contra as mulheres. É óbvio que o assunto relativamente ao qual muito está a ser feito, muito já foi feito, mas é um



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

assunto muito agudo, é um assunto muito importante, muito pesado na Sociedade Portuguesa e portanto achamos adequado continuar a insistir nesta matéria.-----

A Moção apresentada pelo PSD relativamente à limpeza urbana. Já foi referido pelo meu camarada Sr. Deputado Municipal Miguel Duarte o nosso sentido de voto positivo. É uma questão que preocupa os Municípes e não podemos deixar de nos associar a mais esta possibilidade de chamar a atenção para este problema que merece a atenção de todos e o esforço no sentido da sua correcção. Finalmente relativamente à Moção que apresentamos sobre Escola a Tempo Inteiro, tal como no que diz respeito à Trafaria, é um nosso compromisso de honra, é um compromisso firme com a Cidade. Continuaremos a debater-nos para que as crianças de Almada possam ter boas condições nas Escolas, para que as famílias de Almada tenham o apoio que merecem. Esta matéria obviamente não se esgota aqui, continuará em debate e continuaremos a reafirmar a nossa vontade de contribuir para que este assunto possa seguir num caminho do sucesso que é o que Almada merece.-----

Srs. Deputados Municipais agradeço a atenção, penso que me referi a todos os textos apresentados."-----

5.8.25 - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal.-----

"Srs. Deputados Municipais;-----

Apenas uma informação que relativamente às Moções de apoio e solidariedade a Aminetu, dizer que se confirma que foi conseguido um avião, e a Sr.^a a ser deslocada para o seu País o que é um dado interessante e positivo.-----

Foi anunciado às 18H00 e esta situação estava já em cima da mesa, ainda não havia era confirmação, mas agora é certo o avião partiu cerca das 22 horas."-----

5.8.26 - O Sr. Deputado Municipal Fernando Pena (CDS-PP):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Outra vez a Estrada Regional 377-2, outra vez as mentiras sobre as Terras da Costa, O Plano da Frente Urbana e Rural Nascente não prevê o reordenamento das terras agrícolas. A Direcção Regional da Agricultura da Região Oeste foi muito clara quando disse que o projecto da Estrada Regional 377-2 inviabilizará a actividade agrícola e emitiu um parecer desfavorável ao projecto. O que aquela estrada faz é um crime, e um crime que terá os culpados que serão julgados pelas gerações futuras. O que a Estrada Regional 377-2 faz é destruir um património de valor incalculável. Destroí as terras agrícolas, destrói a Reserva Ecológica, destrói a Reserva Botânica, destrói a Mata dos Medos na sua zona primordial, na zona de árvores centenárias. Uma estrada inútil, uma estrada que representa um desperdício de dinheiro, entalada entre outras duas estradas, o IC 32 e a Estrada Florestal. Uma estrada



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

florestal que pode ser beneficiada, alargada e servir todos os propósitos que a Estrada Regional alega querer. A única coisa que a Estrada Regional 377-2 faz é destruir o património que é de todos os almadenses e é abrir portas à especulação imobiliária. E por abrir portas à especulação imobiliária é que a Estrada Regional 377-2 tem tanta gente do seu lado e tem tanta gente a defende-la. É um crime e o futuro o dirá."-----

5.8.27 - O Sr. Deputado Municipal Luís Filipe Pereira (BE):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Há pouco passou-nos e não queríamos deixar de dirigir uma palavra de incentivo às trabalhadoras da AIPICA aqui presentes. Esta manhã vocês demonstraram bem a vossa determinação para lutar pelos vossos direitos. A luta é difícil, mas vocês têm razão e hão-de atingir os vossos objectivos."-----

5.9 - Não havendo mais pedidos de palavra foi encerrado o debate e passou-se à votação dos documentos.-----

5.9.1 - A Moção/Deliberação sobre 100º Aniversário do Nascimento de Alberto Araújo, apresentada pela Sr.ª Deputada Municipal Luísa Ramos, foi aprovada por maioria com quarenta e dois votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes de Junta de Freguesia ou seus representantes: Almada; Cacilhas; Caparica; Cova da Piedade; Feijó; Laranjeiro; Pragal e Sobreda; do PS, inclusive os Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia da Charneca de Caparica e da Trafaria; do PSD, inclusive o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Costa de Caparica; e do BE) e duas abstenções (de eleitos do CDS-PP).-----

5.9.2 - A Moção/Deliberação de Solidariedade com os Trabalhadores da AIPICA, apresentada pela Sr.ª Deputada Municipal Luísa Ramos, foi aprovada por unanimidade.-----

5.9.3 - A Moção/Deliberação sobre Grave dos Trabalhadores da AIPICA, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Manuel Batista, foi aprovada por unanimidade.-----

5.9.4 - A Moção/Deliberação sobre Saudação Aos Trabalhadores dos SMAS de Almada, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Vítor Barata, foi aprovada por unanimidade.-----

5.9.5 - A Moção/Deliberação de Apoio e Solidariedade a Aminetu Haidar, apresentada pela Sr.ª Deputada Municipal Cristina Coelho, foi aprovada por maioria com quarenta e dois votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes de Junta de Freguesia ou seus representantes: Almada; Cacilhas; Caparica; Cova da Piedade; Feijó; Laranjeiro; Pragal e Sobreda; do PS, inclusive os Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia da Charneca de Caparica e da Trafaria; do PSD, inclusive o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Costa de Caparica; e do BE) e duas abstenções (de eleitos do CDS-PP).-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- 5.9.6 - A Moção/Deliberação de Solidariedade para Aminetu Haidar, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Luís Filipe Pereira, foi aprovada por maioria com quarenta e dois votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes de Junta de Freguesia ou seus representantes: Almada; Cacilhas; Caparica; Cova da Piedade; Feijó; Laranjeiro; Pragal e Sobreda; do PS, inclusive os Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia da Charneca de Caparica e da Trafaria; do PSD, inclusive o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Costa de Caparica; e do BE) e duas abstenções (de eleitos do CDS-PP).-----
- 5.9.7 - A Moção/Deliberação sobre Revisão da Lei das Finanças Locais, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Carlos Revés, foi aprovada por maioria com trinta e um votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes de Junta de Freguesia ou seus representantes: Almada; Cacilhas; Caparica; Cova da Piedade; Feijó; Laranjeiro; Pragal e Sobreda; do PSD, inclusive o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Costa de Caparica; e do BE), onze votos contra (de eleitos do PS, inclusive os Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia da Charneca de Caparica e da Trafaria e duas abstenções (de eleitos do CDS-PP).-----
- 5.9.8 - A Moção/Deliberação sobre a "Reserva de Território na Trafaria para Terminal de Contentores" no quadro da alteração do Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa (PROT-AML), apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Luís Guerreiro, foi aprovada por maioria com quarenta e três votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes de Junta de Freguesia ou seus representantes: Almada; Cacilhas; Caparica; Cova da Piedade; Feijó; Laranjeiro; Pragal e Sobreda; do PS, inclusive os Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia da Charneca de Caparica e da Trafaria; do PSD, inclusive o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Costa de Caparica; do BE e do CDS-PP) e uma abstenção (de eleito do CDS-PP).-----
- 5.9.9 - A Moção/Deliberação sobre Violência contra as Mulheres - um flagelo social a combater, apresentada pela Sr.^a Deputada Municipal Maria Ermelinda Toscano, foi aprovada por unanimidade.-----
- 5.9.10 - A Moção/Deliberação sobre Salubridade Pública - Almada merece melhor, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Luís Varela Pais, foi rejeitada por maioria com o voto de qualidade do Presidente da Assembleia - com vinte e dois votos contra (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes de Junta de Freguesia ou seus representantes: Almada; Cacilhas; Caparica; Cova da Piedade; Feijó; Laranjeiro; Pragal e Sobreda) e vinte e dois votos a favor (de eleitos do PS, inclusive os Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia da Charneca de Caparica e da Trafaria; do PSD, inclusive o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Costa de Caparica; do BE e do CDS-PP).-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- 5.9.11 - A Moção/Deliberação sobre Educação, apresentada pela Sr.^a Deputada Municipal Ana Salvado, foi rejeitada por maioria com vinte e dois votos contra (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes de Junta de Freguesia ou seus representantes: Almada; Cacilhas; Caparica; Cova da Piedade; Feijó; Laranjeiro; Pragal e Sobreda), onze votos a favor (de eleitos do PS, inclusive os Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia da Charneca de Caparica e da Trafaria) e onze abstenções (de eleitos do PSD, inclusive o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Costa de Caparica; do BE e do CDS-PP).-----
- 5.9.12 - A Moção/Deliberação sobre Toponímia e Estatuária, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Nuno Avelar, foi retirada pelos proponentes.-----
- 6 - Não havendo mais pedidos de palavra e considerando o adiantado da hora, a Assembleia Municipal decidiu interromper os trabalhos realizando-se dia 18 de Dezembro a segunda reunião.-
- 7 - Foi verificada a presença dos Jornalistas Sr.^a Sandra Carvalho (Agência Lusa); Boletim Municipal; Susana Mendes (Notícias de Almada) e de oitenta e cinco Srs. Municípes.-----
- 8 - Verificou-se também a presença na Reunião da Presidente da Câmara Municipal, Excelentíssima Senhora Maria Emília Guerreiro Neto de Sousa, dos Vereadores Excelentíssimos Senhores: José Manuel Raposo Gonçalves; António José de Sousa Matos; Maria Amélia de Jesus Pardal; Rui Jorge Palma de Sousa Martins; Maria Teodolinda Monteiro Silveira; Nuno Filipe Miragaia Matias; Helena Maria Gomes Oliveira; Paulo José Fernandes Pedroso; António Manuel Veiga dos Santos Mendonça Mendes; Jorge Manuel Bonifácio Pedroso de Almeida.-----
- 9 - Foi aprovada a Minuta da Acta.-----
- 10 - Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião eram 00H50 do dia 18 de Dezembro de 2009.-----
- 11 - Por ser verdade se elaborou a presente Acta, que vai ser assinada pela Mesa.-----

O PRESIDENTE _____

O 1º SECRETÁRIO _____

O 2º SECRETÁRIO _____